



Universidade de Brasília (UnB)
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável
Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

O PAPEL DA TERRA NA FORMAÇÃO DE RIQUEZA NO EXTRATIVISMO AGRÁRIO NO MATOPIBA

Carlos Vinicius Gomes Araujo

Orientador: Sérgio Sauer

Brasília,
2024

CARLOS VINICIUS GOMES ARAUJO

**O PAPEL DA TERRA NA FORMAÇÃO DE RIQUEZA NO EXTRATIVISMO
AGRÁRIO NO MATOPIBA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Sauer, Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (Orientador)

Prof. Dra. Cristiane Gomes Barreto, Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (Interno)

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa – Universidade Federal de Goiás (Externo)

Prof. Dra. Laura Angélica Ferreira Darnet, Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (Suplente)

Brasília, 2024

Ficha Catalográfica

Araújo, Carlos Vinícius Gomes

O Papel da Terra na Formação de Riqueza no Extrativismo Agrário no Matopiba. Carlos Vinícius Gomes Araujo.

Brasília, 2024.

96 p.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Carlos Vinícius Gomes Araújo

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa durante boa parte do período de realização deste trabalho.

A Sérgio Sauer, meu orientador, por toda confiança, empenho e generosidade que teve comigo durante todo esse processo, estendendo esse agradecimento ao seu grupo de orientandos e ex-orientandos que tanto me ajudam e do qual, para mim, é uma honra fazer parte.

À equipe do Projeto Riqueza & Espaço pelos recursos que possibilitaram a realização da pesquisa de campo e pela oportunidade de fazer parte de um projeto tão importante.

Aos moradores das comunidades de Aldeia, Cacimbinha e Gatos, de Formosa do Rio Preto, que tão bem me receberam em suas casas, assim como agradeço ao Martin e ao Ivanildo da 10envolvimento pela enorme ajuda durante minha viagem para o Matopiba.

Aos meus pais, Rita e Carlos, meus irmãos César e Victor e a minha tia Fran, que tanto fazem e torcem por mim na realização dos meus objetivos.

Aos meus amigos, em especial Jacy, Mylena e Victor, sem eles tudo isso teria sido muito mais difícil. Também a tantas outras pessoas maravilhosas que tive o prazer de conhecer e conviver durante esse período.

Por fim, meus agradecimentos à Universidade de Brasília e ao Centro de desenvolvimento Sustentável, pela oportunidade de viver tantas experiências e aprendizados.

RESUMO

O objetivo da produção agropecuária, para além de suprir a população com alimentos, vem progressivamente criando e ampliando possibilidades de negociações no mercado financeiro. O mercado (futuro) de commodities é um dos principais vetores desse processo de financeirização, com especial destaque para a dinâmica econômica da fronteira Matopiba. O Matopiba é uma região formada por grande porção do Cerrado (e uma pequena parte que compreende a Amazônia Legal), envolvendo todo o território do Tocantins, maior parte do Maranhão, o oeste da Bahia e o sul do Piauí. Essa mais recente fronteira agrícola traz todas as contradições do modelo agropecuário hegemônico e não escapa à lógica do extrativismo agrário, sendo profundamente marcada pela desigualdade. O objetivo deste trabalho é analisar o extrativismo agrário, a exploração e apropriação da terra na formação da riqueza na fronteira agrícola do Matopiba, procurando entender quais são as principais atividades formadoras dessa riqueza e quais efeitos e consequências do extrativismo. As ferramentas para essa investigação foram a observação direta e conversas com atores relevantes, partindo do entendimento de que o campo não tem escapado das transformações trazidas pelo mundo neoliberal. A produção de riquezas e a expansão do bem-estar não estão diretamente relacionadas, portanto, a desigualdade é uma consequência da concentração e acumulação de riqueza e terra. Recentemente se destaca o crescente interesse de setores que originalmente não tinham qualquer ligação com agricultura. Esses setores estão cada vez mais atraídos pela valorização (financeira) de seus investimentos. É o caso de agentes do capital imobiliário, fundos de investimentos e empresas de promoção de serviços ambientais. A investigação de como atuam (e aprofundam o extrativismo agrário) constatou uma ligação entre a produção de grãos (especialmente soja, mas também milho e algodão) e a abertura de novas áreas (transformação no uso da terra), evidenciando o papel central da terra na formação de riqueza na fronteira agrícola do Matopiba.

Palavras-chave: Matopiba; extrativismo agrário; terra; riqueza; apropriação; desigualdade, grilagem, soja.

ABSTRACT

The objective of agricultural production, beyond supplying the population with food, has progressively been creating and expanding opportunities for financial market transactions. The commodities (futures) market is one of the main drivers of this financialization process, with particular emphasis on the economic dynamics of the Matopiba frontier. Matopiba is a region formed by a large portion of the Cerrado (and a small part comprising the Legal Amazon), encompassing the entire territory of Tocantins, most of Maranhão, the western part of Bahia, and the southern part of Piauí. This most recent agricultural frontier brings with it all the contradictions of the hegemonic agricultural model and does not escape the logic of agrarian extractivism, being deeply marked by inequality. The objective of this study is to analyze agrarian extractivism, land exploitation, and appropriation in the formation of wealth in the agricultural frontier of Matopiba, seeking to understand the main wealth-generating activities and the effects and consequences of extractivism. The tools for this investigation were direct observation and conversations with relevant actors, based on the understanding that rural areas have not escaped the transformations brought by the neoliberal world. The production of wealth and the expansion of well-being are not directly related, thus inequality is a consequence of the concentration and accumulation of wealth and land. Recently, there has been a growing interest from sectors that originally had no connection with agriculture. These sectors are increasingly attracted by the (financial) appreciation of their investments. This includes real estate capital agents, investment funds, and companies promoting environmental services. The investigation into how they operate (and deepen agrarian extractivism) found a link between grain production (especially soybeans, but also corn and cotton) and the opening of new areas (land use transformation), highlighting the central role of land in wealth formation in the agricultural frontier of Matopiba.

Keywords: Matopiba; agrarian extractivism; land; wealth; appropriation; inequality, *grilagem*, *soy*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matopiba no território nacional.....	51
Figura 2 – Área plantada de soja.....	53
Figura 3 – Índice GINI da terra.....	55
Figura 4 – Estabelecimentos agropecuários.....	57
Figura 5 – Conflitos nos estados do Matopiba entre 2011 e 2020.....	59
Figura 6 – Áreas com soja plantada no Brasil.....	63
Figura 7 – Número de assentamentos criados.....	64
Figura 8 – Número de famílias assentadas.....	64
Figura 9 – Território geraizeiro e área de plantio de soja.....	72
Figura 10 – Interior preservado da comunidade geraizeira da Aldeia.....	73
Figura 11 – Placa informando sobre área de reserva legal.....	74
Figura 12 – Área plantada de soja nos municípios do Matopiba (2002-2020).....	81
Figura 13 – Área plantada de soja nos municípios do Matopiba (2002-2020).....	82
Figura 14 – Evolução percentual da área, produtividade e produção de grãos.....	84
Figura 15 – Entrada dos territórios tradicionais.....	85
Figura 16 – Guaritas de vigilância.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios do Matopiba com maior área plantada de soja	53
Tabela 2 – Municípios por valor de produção de soja com destaque para os municípios do Matopiba	83
Tabela 3 – Culturas de lavoura temporária em valor de produção no Matopiba.....	83

LISTA DE SIGLAS

BRICS – Acordo de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MATOPIBA – Território nomeado pelos acrônimos do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAM – Produção Agrícola Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores.

SLC – Schneider Logemann & Cia.

TIAA-CREF - Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Extrativismo agrário e a expropriação e acumulação da terra no Brasil	18
1.1. Constituição do conceito de neoextrativismo	19
1.2. O neoextrativismo subsidiando a ideia de extrativismo agrário.....	30
1.3. Como o extrativismo agrário se manifesta no Matopiba	43
CAPÍTULO 2. A fronteira agrícola do MATOPIBA: caracterização da expansão dos monocultivos	49
2.1. O Matopiba e seu início.....	49
2.2. Institucionalização e características	49
2.3. Terra fértil para o agronegócio	60
CAPÍTULO 3. Extrativismo agrário e controle da terra	66
3.1. Financeirização no campo e seu papel no controle da terra	67
3.2. Controle, exclusão, alienação, desapropriação e expropriação	69
3.3. O extrativismo agrário como chave de leitura	75
3.4. Extrativismo agrário e sua relação com a terra no Matopiba	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

O Matopiba, a mais nova fronteira agrícola do Brasil, é uma região que abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sendo o nome derivado das iniciais desses estados. Em 2010, sua população totalizava 5,9 milhões de habitantes, com a maioria concentrada no Maranhão (57,60%), seguido por Tocantins (25,30%), Bahia (12,72%) e Piauí (4,75%). O Maranhão também possui a maior densidade demográfica da região, com 14,18 habitantes por km². Aproximadamente 35% dos moradores do Matopiba, cerca de 2,04 milhões de pessoas, viviam em áreas rurais. Na Bahia, 42% da população estava no campo, enquanto no Piauí e Maranhão esse percentual era de 39%, e no Tocantins, 22%. Esses números estão bem acima da média nacional de 15,3% de habitantes em zonas rurais em 2010 (IBGE, 2010).

A delimitação oficial do Matopiba ocorreu em 2015, com o Decreto Presidencial 8.447, assinado pela então presidenta Dilma Rousseff e pela ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu. A área total inclui dez mesorregiões e trinta e uma microrregiões, espalhadas por 337 municípios, somando uma extensão de 73 milhões de hectares (IBGE, 2010). O PIB da região foi estimado em cerca de R\$ 53 bilhões, com uma média per capita de R\$ 9 mil. Contudo, a concentração de riqueza é evidente, como no município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, onde o PIB per capita ultrapassa os R\$ 46 mil, revelando disparidades na distribuição de renda e produção (Favareto, 2019).

De acordo com a Embrapa (2017), treze das trinta e uma microrregiões do Matopiba geravam 76,9% do PIB regional, com uma produção de 18,6 milhões de toneladas de grãos em 2014, e uma projeção de 22,6 milhões de toneladas até 2024, ocupando uma área cultivada de até 10,9 milhões de hectares. A produção agrícola é altamente concentrada, como na microrregião de Barreiras, na Bahia, que responde por 40% da produção de soja e milho e cerca de 75% da produção de algodão da região (EMBRAPA, 2017).

As chapadas, áreas planas e elevadas, foram as primeiras a serem aproveitadas para a agricultura na região. Essas áreas ofereciam boas condições de chuva e estavam localizadas nas cabeceiras dos rios do Cerrado.

A topografia plana dessas chapadas favorecia a mecanização das atividades agrícolas e, em alguns casos, permitia o uso de irrigação com pivôs centrais. Como essas terras eram tradicionalmente compartilhadas por pequenos agricultores e pecuaristas, mas raramente ocupadas permanentemente, surgia a impressão de que estavam vazias.

O Matopiba, tem se caracterizado como palco de uma série de fenômenos, alguns mais antigos outros mais recentes, presentes no campo e observados não só no Brasil, mas também em várias partes do mundo. Trata-se de processos de grilagem, grilagem verde, financeirização, desapropriação violenta de terras, degradação ambiental, entre outros. Todos, de uma maneira ou outra, são observados dentro de um conceito que surge recentemente nos estudos críticos agrários que é o “extrativismo agrário”.

Nesse contexto, a terra aparece com papel central. É nela e em sua exploração que se desenrola o extrativismo¹. Não só na produção, aliás o aspecto produtivo da terra vem cada vez mais perdendo o protagonismo com a propriedade passando paulatinamente a assumir um papel de ativo, a ser negociado no mercado financeiro internacional. É justamente o extrativismo agrário no Matopiba e a sua relação intrincada com a terra na formação de riqueza que esse trabalho pretende analisar.

Este projeto de dissertação de mestrado se insere em um projeto de pesquisa maior, o projeto “Riqueza & Espaço: geografias contestadas da (re)produção de riqueza na América Latina”, que envolve uma equipe de pesquisadores de cinco universidades de quatro países (Alemanha, Brasil, Chile e México). O objetivo principal da pesquisa é estudar, de maneira crítica, como a reprodução e produção de riqueza e espaço são co-constituídos e cocriados no capitalismo rentista, analisando estratégias de transformação redistributiva e sustentável no Chile, México e Brasil, mais precisamente no Cerrado.

¹ Importante ressaltar, que ao tratar de extrativismo este trabalho não se refere às atividades de coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral praticadas por povos e comunidades tradicionais. O termo extrativismo aparece ao longo do texto para descrever atividades constituintes de uma lógica extrativa ou do sistema capitalista extrativo.

Atualmente, a corrida por terras no Matopiba tem entrado em uma nova fase. No mundo neoliberal, sob o jugo do capitalismo financeiro, assim como em outras partes do mundo, a terra vai perdendo parte do seu papel como fator predominantemente produtivo e passa a ser cada vez mais ativo financeiro. Essa financeirização vem acontecendo com o aumento dos investimentos e a entrada de empresas transnacionais no Matopiba. São os casos da SLC Agrícola, SLC LandCo e a Radar S/A, ou Radar Propriedades Agrícolas, que possuem terras no sul do Piauí. A Radar Propriedades Agrícolas é uma empresa resultante da sociedade entre a Cosan e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund) (Favareto, 2019).

Para Dulci (2017), esse processo de internacionalização de terras e financeirização, que vem acompanhado de outros como conflitos socioambientais e disputas em torno das formas de regulação social do uso dos recursos naturais locais, tem algumas explicações. Primeiro, o crescimento de investimentos em terras por todo o mundo, principalmente em países do sul global. Depois, o crescente número de instrumentos de financeirização na economia global. Isso associado a diversas crises como a hídrica, a energética e climática, e as crescentes preocupações internacionais com segurança e soberania alimentar. Outro fator que influenciou na busca por terras foi a crise financeira de 2008, que levou investidores a buscar opções mais seguras que os títulos imobiliários americanos.

Outro componente presente no Matopiba, e de grande interesse nessa nova conjuntura econômica, é a produção de biocombustíveis. Essa, e outras atividades dos complexos agroalimentares já estão presentes desde o início do processo de modernização da agricultura no Matopiba, principalmente após a revolução verde nos anos 1960. No entanto, o que se destaca agora é o crescente interesse e investimentos de setores que, originalmente, não tinham qualquer ligação com agricultura. Esses setores estão sendo atraídos pela tendência de valorização e expectativas de rendimentos de investimentos. É o

caso de agentes do capital imobiliário, fundos de pensão, de *hedge*² e de *endowment*³ e empresas de promoção de serviços ambientais.

Para Favareto (2019), o Matopiba pode estar experimentando um processo de transformação econômica mais impactante e nocivo, do que o ocorrido nas últimas três décadas. É drasticamente diferente um fluxo econômico criado por produtores, ainda que plantando em larga escala, mas que residem na região e possuem algum tipo de laço com o território e população, da (não) presença de enormes conglomerados internacionais com o objetivo de mera extração de renda. Se, antes a riqueza estava nas mãos de poucos produtores, fato que fica evidenciado no dado que mostra que apenas 1.020 estabelecimentos superam 200 salários-mínimos mensais e se apropriam de quase 60% da renda agrícola regional (Alves e Souza, 2015), pode-se estar caminhando para um cenário em que a riqueza sequer passa pela região, no sentido de, apesar de ser ali produzida e extraída, seu destino é ser exportada quase que por inteiro e muito rapidamente pouco circulando na região. Uma situação típica da lógica de extrativismo, ou neo-extrativismo ou ainda extrativismo agrário como afirmam autores como Svampa (2019), Gudynas (2010), Acosta (2013) e McKay *et al* (2021).

O Matopiba apresenta muitas características e fenômenos próprios do extrativismo agrário McKay *et al* (2021), pois se observa na região a internacionalização de terras, a comoditização da produção, produção de biocombustíveis, a financeirização do campo, entre outros. A região é a mais recente fronteira agrícola de um país onde cresce, reforçada pelas suas elites, a ideia de que vai mesmo assumir o papel de produtor de matérias-primas na economia global, justificando a atenção pela fronteira do Matopiba.

É certamente nas consequências do extrativismo agrário que reside a justificativa desta pesquisa. Esse fenômeno não acontece sem uma série de mazelas, como é o caso da expulsão de comunidades locais das terras que tradicionalmente ocupavam e os consequentes conflitos fundiários; é a

² *Hedge* é uma estratégia usada para proteger um investimento contra riscos de perdas financeiras, especialmente devido à volatilidade do mercado.

³ *Endowment* refere-se a um fundo de doações permanentes gerido por uma instituição, como uma universidade ou fundação.

desigualdade, que em um país já extremamente desigual, consegue ter números ainda maiores no Matopiba; é a degradação ambiental trazida pelas monoculturas. É também entender melhor a ocorrência do extrativismo agrário no contexto brasileiro, já que se trata de um conceito relativamente recente nos estudos críticos agrários, mas já de princípio parece se encaixar perfeitamente com diversas conjunturas espalhadas pelo território nacional como é o caso do Matopiba.

O objetivo geral desta pesquisa é **analisar o extrativismo agrário, a exploração e a apropriação da terra como meio de formação da riqueza no Matopiba**. Os objetivos específicos são (i) Estudar como se dá o extrativismo agrário na região; (ii), investigar as consequências desse fenômeno; analisar a concentração de terra e de produção e identificar os principais atores do extrativismo agrário no Matopiba.

A metodologia teve uma abordagem qualitativa. Para Martins (2004), a pesquisa qualitativa tem como fundamento a análise de micro processos existentes no assunto investigado, bem como seus aspectos sociais, econômicos, as ações individuais e de grupos envolvidos. Martins (2004) também afirma que esse tipo de abordagem apresenta maior flexibilidade quanto a interpretação dos dados.

Foi realizada pesquisa de campo que consistiu na imersão para conhecimento da realidade local e diálogo com sujeitos relevantes para o tema que foram determinados no decorrer da pesquisa. O Matopiba é uma região muito extensa territorialmente e já acumula um período considerável de história. Sendo assim, foi preciso delimitar essa pesquisa no espaço e no tempo. Dessa forma, a região visitada foi aquela com grande destaque na produção, onde é identificada a presença de grandes empreendimentos e investimentos nacionais e estrangeiros de diversos grupos econômicos e políticos, tratando-se de Formosa do Rio Preto e São Desidério, municípios que serão tidos como referência, ambos na Bahia. Com base nas informações de campo e dados secundários, o período a ser avaliado foi, a princípio, os últimos dez anos (2015-2024), principalmente aquele posterior a definição do Matopiba pelo decreto 8.447 de 2015.

A coleta de informações se baseou em uma revisão de bibliografia e análise em bases de dados relacionadas com o tema, como as de levantamento de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre preços e mercado de terras, o Censo Agropecuário de 2017 e a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O primeiro capítulo desta dissertação foca em trazer definições para os principais conceitos que serão trabalhados. O conceito de extrativismo agrário é debatido nos estudos agrários críticos e se refere ao domínio das técnicas, do mercado e da vida no campo pelos grandes conglomerados agroalimentares globais. Diferente da agricultura industrial, esse modelo não industrializa o campo, mas o depreda. O extrativismo agrário não se limita às monoculturas tradicionais e exportação de *commodities*, mas também envolve a exploração social e trabalhista, além da expropriação da natureza. Esse processo destrói a autonomia dos agricultores, expropriando sua terra e trabalho, e aprofundando desigualdades e contradições do capitalismo.

Também nesse capítulo aparece a ideia de como o extrativismo e seus conceitos relacionados, como neoextrativismo e extrativismo agrário, têm raízes históricas na América Latina desde o período colonial. Esse modelo gera dependência econômica da exploração de recursos naturais, expansão violenta das fronteiras e exportação de recursos, além de estar associado à desapropriação e genocídio. Já aqui aparece o termo “agroextrativismo”, que mais a frente dá origem ao extrativismo agrário, que é usado para descrever a exploração de terras latino-americanas por governos estrangeiros, especialmente a China, sem preocupação com o desenvolvimento industrial ou das forças produtivas locais.

O neoextrativismo contemporâneo subsidia a noção de extrativismo agrário. Esse modelo de desenvolvimento se baseia na superexploração de bens naturais, expansão das fronteiras de extração e foco em bens primários em grande escala, como gás, petróleo, cobre, ouro e produtos agrícolas como soja e milho. Inclui também grandes obras de infraestrutura que contribuem para a degradação ambiental.

O neoextrativismo não se limita às atividades tradicionalmente vistas como extrativistas, mas se concentra nos fins dessas atividades, que é alimentar o grande capital sem desenvolver as forças produtivas. Esse modelo apresenta uma dinâmica territorial própria, com ocupação intensiva de territórios e grilagem de terras, concentrando poder e marginalizando populações locais.

O segundo capítulo traz uma apresentação e panorama da região estudada: o Matopiba. A mais recente fronteira agrícola do Brasil, abrangendo os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Em 2010, a região tinha 5,9 milhões de habitantes, com uma população rural significativamente acima da média nacional.

A estrutura agrícola do Matopiba é marcada pela concentração da produção e renda. A maioria dos estabelecimentos rurais tem baixa renda, enquanto uma pequena parcela supera 200 salários-mínimos mensais, apropriando-se de quase 60% da renda agrícola regional.

Desde a década de 1960, o Brasil expandiu sua fronteira agrícola e reforçou suas leis ambientais. Entre 1974 e 1984, conhecido como a “década da destruição”, o país criou várias áreas de proteção ambiental, especialmente na Amazônia, enquanto o Cerrado foi designado como uma “zona de sacrifício” para a expansão agrícola. Nesse processo o Estado brasileiro teve um papel crucial na transformação do cerrado em um ponto focal da agricultura capitalista no Brasil.

O terceiro e último capítulo traz uma discussão a respeito de outros conceitos fundamentais para o entendimento do controle sobre a terra, como a financeirização. Além disso, nesse capítulo se encontram informações extraídas a partir da pesquisa de campo realizada na região do Matopiba.

CAPÍTULO 1.

Extrativismo agrário e a expropriação e acumulação da terra no Brasil

Ao longo de sua curta história como conceito, ainda em disputa nos estudos agrários críticos, o extrativismo tem sido bastante debatido, mas mesmo sendo controverso, tem moldado ideias, produção intelectual, eventos acadêmicos e tempos. Portanto, ganha importância uma conceituação dessas atividades extrativas que caracterizam a forma atual do modelo produtivo agropecuário brasileiro.

O extrativismo agrário é o domínio da técnica, da natureza, do mercado e da vida no campo por parte dos grandes conglomerados do setor agroalimentar global. Pode parecer que isso descreve apenas e tão somente a agricultura industrial, mas não. McKay *et al* (2021) argumentam que esse modelo extrativista de agricultura não está industrializando o campo, quando na verdade o está depredando.

A noção de um extrativismo agrário não se limita às particularidades mais conhecidas das monoculturas tradicionais, como soja e milho, e a exportação dessas e outras *commodities* produzidas no campo. Esse conceito joga luz sobre a lógica social e trabalhista, inerente desse modelo de produção, que se baseia na apropriação das forças produtivas de forma extrativista. É o extrativismo já conhecido e praticado em atividades de mineração e produção de combustíveis fósseis. Apesar de as atividades agropecuárias estarem vinculadas a cultivos (plantio, crescimento, colheita), essa noção de extração também se aplica em análises sobre a exploração dos que residem no campo e expropriação da natureza. É um processo que destrói a autonomia dos agricultores, os desapropria, expropria sua natureza, e se apropria do seu trabalho e riquezas. É extrativo na relação humana (extração de riqueza e do trabalho e exploração das pessoas) assim como com a natureza (extração, erosão, exaustão e destruição de bens naturais). Consequentemente, são atividades que aprofundam desigualdades e contradições do capitalismo na busca pelo ganho econômico (Svampa 2019; Gudynas 2010; Acosta 2013).

O conceito de extrativismo agrário deriva da aplicação no campo do conceito de extrativismo, aplicado à exploração de bens e artigos como minérios (ouro, prata, diamantes, ferro) e combustíveis fósseis. O extrativismo clássico é geralmente referido como um “modo de apropriação” e, como tal, engloba várias formas de organização com fins de se apropriar de diferentes tipos de recursos naturais, energéticos ou ecológicos, com a finalidade de atender necessidades humanas nos mais variados contextos (Gudynas, 2009).

Diante dessa definição, é difícil ver uma forma ou modo de extrativismo na agricultura, uma vez que o recurso retirado da terra pode ser reproduzido (replantado) diversas vezes. Gudynas (2009), no entanto, rejeita tal argumento, sustentando que não há que se falar em “produção” de recursos naturais por parte dos seres-humanos. Segundo ele, não se pode tratar a atividade agrícola de maneira análoga à industrial, já que a agregação de valor acontece posteriormente em lugar distinto da extração (Gudynas, 2009). Por tanto, a discussão a partir daqui passa a ser com a finalidade de discutir os principais conceitos a serem trabalhados no decorrer do trabalho: extrativismo, neoextrativismo e extrativismo agrário.

1.1. Constituição do conceito de neoextrativismo

De acordo com diversos autores (Svampa 2019; Gudynas 2010; Acosta 2013), o extrativismo – e conceitos relacionados, como neoextrativismo e pós-extrativismo, incluindo o extrativismo agrário –, é resultado de uma trajetória histórica de desenvolvimento, que permeia toda a América Latina desde o período colonial. A estratégia subjacente a esse modelo extrativo tem gerado uma dependência econômica da exploração dos recursos naturais, acompanhada de uma expansão violenta das fronteiras e da exportação desses recursos. Esse processo também está associado à desapropriação e ao genocídio, aspectos que fazem parte da “invenção da Europa e da expansão do capital” (Svampa, 2019).

Por "Invenção da Europa" Svampa (2016) se refere a criação simbólica e histórica da Europa como uma entidade cultural e política distinta, associada à

modernidade e ao progresso. Construção essa que, segundo a autora, não é apenas geográfica, mas também ideológica, onde a Europa se define em contraste com o "outro" (os de fora da Europa) estabelecendo uma hierarquia que coloca o "velho continente" como o centro do poder e da civilização.

Esse pensamento foi usado para justificar a colonização e a dominação de outras regiões, impondo a visão europeia como um modelo universal. Assim, a "Invenção da Europa" não trata apenas da formação de um continente, mas também de como essa formação impactou a modernidade.

Para Ye *et al* (2019), o extrativismo se situa na sobreposição de dois fenômenos típicos do capitalismo, o controle monopolista – nesse caso, o controle sobre recursos naturais específicos, como terras, florestas e minérios – e a exploração implacável desses recursos, sendo a exploração resultado desse controle monopolista. Ainda para os autores, a lógica é que sejam esses recursos extraídos até o quase completo esgotamento, deixando para trás um rastro de poluição, pobreza e desigualdade (Ye *et al*, 2019).

Para Chagnon *et al* (2022), definir extrativismo conceitualmente não é tarefa simples. Para eles, o extrativismo forma um complexo conjunto de práticas, mentalidades e diferenciais de poder, que se auto reforçam, legitimando e racionalizando modos socio ecologicamente destrutivos de organização social por meio de subjugação, violência, esgotamento e não reciprocidade.

Para Gudynas (2009), o extrativismo pode ser definido como a apropriação de recursos naturais em alta intensidade e grande volume. A maior parte do material extraído é exportado e não há praticamente processamento. Gudynas (2009) foca sua atenção no que chama de um "novo extrativismo", ou mesmo "neoextrativismo". Esse fenômeno, que vem na esteira do extrativismo como uma das características principais do atual capitalismo global, acontece quando governos progressistas, principalmente os vistos no início do século XX na América Latina, vêm no extrativismo agrário um meio de desenvolver o país.

Gudynas (2010) mantém o uso da expressão "extrativismo agrícola" (*agricultural extractivism*), no sentido de uma agricultura que se volta para a monocultura. É um extrativismo agrícola devido ao uso de transgênicos,

maquinário altamente tecnificado e venenos químicos, mas fundamentalmente porque é uma produção basicamente voltada para a exportação de *commodities*, com pouco ou nenhum processamento ou transformação. Dessa forma, o autor deixa claro que não se trata de uma indústria, já que indústria significa a adição de processos que agreguem valor a um produto, e não a mera exportação de matérias primas, caracterizando o extrativismo agrícola (Gudynas, 2010).

Consequentemente, a atividade agrícola, que se caracteriza pela mera exportação de um alto volume de produção, com baixíssima agregação de valor pode ser definida como extrativismo, não muito diferente das atividades clássicas de extrativismo (mineração, p. ex.). Esse sistema extrativo é amplamente utilizado nas plantações de soja, e de outros grãos e pecuária, na América Latina e, não diferente, na fronteira agrícola do Matopiba, portanto, o extrativismo agrário é uma chave de leitura dos processos produtivos atualmente.

Petras e Veltmeyer (2014) já usam o termo “agroextrativismo”, como um o conceito ou chave interpretativa aplicada à questão agrária. Argumentam que governos estrangeiros, em especial a China, vêm em países latino-americanos, oportunidades de encontrar terras que satisfaçam às demandas de alimentos e necessidades por segurança alimentar e energética. Os investimentos e negócios não possuem qualquer preocupação de desenvolver uma indústria ou as forças produtivas. É a mera extração de recursos naturais e matérias primas necessárias aos processos de acumulação nos núcleos de poder (Petras e Veltmeyer, 2014).

No mesmo sentido, grandes conglomerados agroalimentares se fazem valer de estratégia semelhante para negociar esses artigos em mercados financeiros e de biocombustíveis. Ao mesmo tempo, o extrativismo agrário é uma busca por disponibilidade e apropriação de recursos (naturais) cada vez mais escassos, mas disponíveis em países pobres. Água, terras férteis e biodiversidade estão mais disponíveis no sul global, mas são degradados nos processos extrativos (Svampa 2019).

Para Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023), extrativismo se converteu em um conceito extremamente heterogêneo. Originalmente foi cunhado para

caracterizar uma longa história de apropriação e exportação de recursos naturais da América Latina, principalmente na mineração e extração de petróleo, em uma lógica de acumulação primitiva⁴. Argumentam os autores, o advento do neoliberalismo e do aumento vertiginoso dos preços das *commodities*, no início do século XX, fizeram o extrativismo avançar e se converter em neoextrativismo. Esse ‘neo’ ou novidade surge a partir da ascensão do progressismo ao poder em países da América Latina, com governos progressistas incentivando a extração para financiar programas sociais (Veltmeyer e Ezquerro-Cañete, 2023).

Ao trazer sua visão do que é o extrativismo, Ye *et al* (2019) elencam alguns pontos que estariam presentes, sobretudo, nas formas mais recentes do fenômeno. Entre esses pontos estariam o controle monopolistas sobre os recursos a serem extraídos; uma forte interligação entre capital estatal e privado, seja na aquisição desses recursos ou na sua operação e também provimento de infraestrutura e crédito; a existência de um centro operacional que concentra a tomada de decisões e para onde corre a riqueza e lá é acumulada com quase nada sendo distribuído para os afetados, gerando uma enorme desigualdade; o resultado de esterilidade da região onde ocorre a extração; a produção sem reprodução e os enormes lucros gerados justamente pela não necessidade de se reinvestir na reprodução desses recursos.

A não reprodução dos recursos é uma das características do extrativismo que mais se destaca. Segundo os autores, essa reprodução não acontece em nenhum nível, pois não são produzidos pela empresa que os extrai, e muito menos são adquiridos de outras empresas através de trocas de mercado (Ye *et al*, 2019). O que existe é uma exploração de um bem natural, que até então não estava no horizonte e, quando descoberto, é extraído até o total esgotamento, sem qualquer preocupação em criar condições de prolongar a disponibilidade daquele recurso. Quando se esgota, ou se torna escasso e pouco atrativo economicamente (baixa produção), procura-se outro lugar onde esteja disponível, deixando um rastro de destruição da natureza.

⁴ Karl Marx descreve a acumulação primitiva como o processo histórico que antecedeu e permitiu o surgimento do capitalismo. Esse processo foi caracterizado pela expropriação forçada das terras e dos meios de produção pertencentes a camponeses e artesãos, convertendo-os em trabalhadores assalariados sem propriedade (Santana e Peres, 2018).

A ideia do extrativismo é, constantemente, estar à procura do que Ye *et al* (2019) chamam de “riqueza oculta”. Isso evidencia que os empreendimentos extrativos não produzem qualquer riqueza; são como “caçadores de tesouro” em busca de riquezas que já existem. Uma vez descobertas, serão exploradas até o seu esgotamento. Essa lógica remete à ideia de acumulação primitiva, demonstrando que o extrativismo não é um fenômeno restrito à atualidade. Está intrinsecamente posicionado no modo de produção capitalista, como um processo anterior à acumulação (moderna ou industrial) de capital.

É marca definidora do extrativismo que não se encerra quando a base de recursos se esgota. A inovação do extrativismo é a capacidade ou possibilidade de ser implementado em novos locais e explorar recursos até então “fora do mercado”. Conseqüentemente, a conquista (capitalista) deve ser constante e o extrativismo não produz, conquista (Ye *et al*, 2019).

O extrativismo é também caracterizado pela fuga da riqueza, que não só é extraída do solo, mas também não fica na região e com seus habitantes. Essa característica é evidenciada pela existência de centros operacionais, segundo Ye *et al* (2019). Justamente por esse caráter itinerante do extrativismo, os empreendimentos raramente têm origem na região de onde se extrai a riqueza. Dessa forma, qualquer valor dali obtido é exportado para o centro operacional, circulando na região o estritamente necessário, como o gasto com alguma mão-de-obra, quase sempre precarizada e mal remunerada (Ye *et al*, 2019).

O extrativismo passou a ser um sistema, inteira e coerentemente, organizado para extração contínua de riqueza. Os grandes empreendimentos não dão tanta importância à aquisição de terras ou construção de fábricas. O extrativismo, cada vez mais, se baseia em investimentos e maneira mais eficaz de procurar, encontrar e explorar riquezas ocultas ao redor do mundo.

Ye *et al* (2019) argumentam que o extrativismo passou a ser uma característica central das redes globais de produção. O *modus operandi* extrativista está presente, de maneira bastante significativa, na produção de alimentos, finanças, produção industrial, comércio e prestação de serviços. Para os autores, esse fenômeno passou a ordenar parcelas significativas da sociedade global. Dessa forma, viaja sem problemas mundo afora e se insere,

sem maiores percalços, em atividade antes não abrangidas pelo extrativismo “clássico” (Ye *et al*, 2019).

O extrativismo atual se estrutura como uma captura de recursos. Essa captura se caracteriza pelo controle monopolista de uma extensa lista de recursos a partir de um centro operacional (Ye *et al*, 2019). É vital entender que esses recursos não são criados ou fabricados por esses centros, mas são conquistados, tomados e explorados e, uma vez que se esgotam, os lugares ou territórios serão abandonados e substituídos por novos locais de exploração dessas riquezas, sempre beneficiando o centro operacional.

Outra mudança do extrativismo atual é quanto ao crédito, especialmente o crédito público, mas também financiamentos adquiridos via ferramentas financeiras (ações, títulos, securitização), resultando na financeirização da natureza. O capital é geralmente obtido de bancos e negociações em bolsas de valores. Assim os custos operacionais são menores, e as taxas de retorno maiores e mais rápidas (rendimentos, juros, valorização financeira de bens), já que não há necessidade de juntar capital para reinvestimento. (Svampa 2019; Gudynas 2010; Acosta 2013).

Ye *et al* (2019) chamam esse modo de acumulação capitalista de “drenante” (*draining*), pois uma classe não envolvida na produção apenas extrai a renda da terra. Essa classe, na figura do centro operacional, tem basicamente o trabalho de se apropriar do valor, obter novos recursos e descartar o que se esgotou, definindo os impactos ambientais como externalidades. Cada centro operacional se comporta como um integrante de uma ampla rede, com diversos grupos de capital e empresas, que investem no extrativismo.

A iniciativa pública também faz parte dessa rede ou lógica extrativa, seja concedendo incentivos fiscais, alterações legais (flexibilização de regras e controles), provendo crédito e infraestrutura e, também, em muitos casos, pela corrupção. O poder se baseia no controle dos fluxos, já que através desses os recursos materiais também passam a ser controlados. Por conta disso, no fenômeno do extrativismo há uma forte relação entre Estado e mercado visando um acesso a poderes que vão além do econômico. (Svampa 2019; Gudynas 2010; Acosta 2013),

Para o extrativismo se consolidar é necessário, segundo Ye *et al* (2019), a formação de relações de dominação do tipo império. Isso porque, em geral, o centro operacional possui um domínio grande dos mundos social e natural. Não basta haver um controle econômico, é necessária força na política e na opinião pública. É necessário um aparato midiático apresentando o extrativismo como a única forma de desenvolver o país e uma atuação política robusta que permita as mudanças legais necessárias. Esse é o caso da bancada ruralista no congresso nacional.

Em um primeiro momento, é difícil entender o que há de novo em relação ao extrativismo “clássico” e a lógica comum do sistema capitalista. No entanto, Ye *et al* (2019) elaboram duas diferenças fundamentais, sendo a primeira que a acumulação não se baseia na posse do meio de produção no extrativismo. O importante é controlar o fluxo da riqueza e manter controle enquanto dali se puder extrair riqueza. No entanto a ideia de que o meio de produção – que aqui discutimos a terra – não tenha o papel central, seja bastante questionável, já que o poder pode ser muito mais bem exercido com a posse da terra.

A segunda característica é que o valor obtido e a riqueza acumulada não são reinvestidos, mas transferidos para outros locais, especialmente para os centros de poder (Ye *et al*, 2019). O que mais pode passar perto de um reinvestimento é quando o uso do valor extraído vai para a conquista de novos recursos ainda não explorados para dar continuidade e necessária expansão constante desse modelo extrativista.

Ye *et al* (2019) defendem que o extrativismo é a principal característica atual do capitalismo global. A principal consequência dessas características é, em relação à tradicional lógica capitalista, como não há reinvestimento, não há que se falar de desenvolvimento das forças produtivas. Como não há reinvestimento, as taxas de retorno são ainda mais altas e a concentração de renda também, exacerbando a exploração da mão de obra (super exploração), sem ganhos sociais.

As origens desse modelo de extrativismo podem ser encontradas juntas do nascimento do neoliberalismo. Segundo Ye *et al* (2019), a partir da década de 1980 surgem grandes e crescentes quantidades de capitais livres e flutuantes no

mercado internacional, em busca de grandes retornos. Houve uma onda de desregulações no mercado financeiro de vários países, permitindo que tais capitais fluíssem ao redor do planeta. Esses mercados foram importantes para o volume crescente de aquisições de recursos, inclusive terras, que começaram a ocorrer, provocando a expansão da fronteira agrícola, como é o caso do Matopiba (Sauer e Borras Jr, 2016).

Grandes fundos privados de capital, munidos de apoio econômico, midiático e governamental, puderam fazer investimentos e vultuosos capitais flutuantes fluíram nos mercados mundiais, com o único objetivo de encontrar atividades com maiores retornos para os acionistas. Assim o capital deixou de concentrar tanto sua atenção na posse de fábricas ou fazendas e voltou sua atenção para o controle sobre os fluxos e na exploração e captura da riqueza ali presentes (Svampa 2019; Gudynas 2010; Acosta 2013). Ye *et al* (2019) chamam a atenção para a semelhança que existe entre as atividades extrativas e a estrutura de impérios alimentares. Para eles, ambos apresentam estruturas hierárquicas que controlam os fluxos comerciais. Combinando e recombinao os recursos já disponíveis, não desenvolvem novas tecnologias ou produz qualquer valor, apenas extraem a riqueza contida nas áreas sob seu controle.

Essa estrutura imperial é possível através de uma combinação de diferentes níveis de poder político e econômico que não só garante o acesso aos recursos a serem extraídos como fecha as portas para outros. No Brasil essa dinâmica pode ser evidenciada pela existência da bancada ruralista que está na câmara defendendo os interesses do extrativismo agrário (Gudynas, 2009).

Em síntese, o argumento principal de Ye *et al* (2019) é que, definitivamente, o extrativismo se tornou generalizado no capitalismo contemporâneo. Os autores chamam de uma bifurcação entre duas economias: a primeira é a real (produtos reais são produzidos e comercializados) e a segunda é a virtual (se sobrepõe à real para extrair algum valor). Com uma forte interface entre os agentes das economias virtual e real, produzindo um cenário de ainda mais concentração de riqueza e empobrecimento da maioria.

Chagnon *et al* (2022), na mesma linha de Ye *et al* (2019), argumentam que, ainda que haja a prática tradicional de extrativismo, focado em explorar

recursos naturais, as práticas e condições extrativas foram abstraídas e são aplicadas em outras áreas. A lógica extrativa está sendo aplicada em áreas até então não relacionadas com extrativismo como, por exemplo, atividades do domínio digital, intelectual, financeiro e econômico. Ainda assim, boa parte das práticas extrativas continua a ter forte predominância no desenvolvimento agrário e nas suas transformações.

Chagnon *et al* (2022) defendem que o extrativismo é uma prática baseada em processos, do ponto de vista socioecológico, destrutivos de subjugação, esgotamento e relações não recíprocas, tanto com pessoas como com a natureza, nos mais variados níveis de extração. Dessa forma, o extrativismo, a partir de critérios de gestão, reciprocidade e garantias das gerações futuras, se apresenta como totalmente contrário à ideia de desenvolvimento sustentável, tanto na dimensão ecológica, quanto na social e na econômica.

Chagnon *et al* (2022) defendem que o extrativismo deve ser entendido como um “conceito organizador” que, acompanhado de vários outros conceitos relacionados confluem para o fenômeno de um extrativismo global, que organiza a sociedade atual. O extrativismo se apresenta, portanto, como um complexo de práticas e mentalidades, que se auto reforçam para estruturar e racionalizar práticas de domínio, esgotamento e não reprodução de recursos extraídos.

Gudynas (2009) também traça a tomada de protagonismo por parte do extrativismo convencional, a partir da década de 1980, destacando o papel do Estado como um facilitador das interações entre empreendimentos, mercados e atores do extrativismo. Nessa época, as principais atividades extrativistas puderam desfrutar de uma larga onda de desregulação, liberalização de fluxos de capital e redução de direitos trabalhistas, ambientais e territoriais. Em consequência disso, crescem as corporações de capital transnacional e se espalham pelo mundo inteiro chegando a diversos países da América Latina.

Com Estados nacionais abrindo mão do poder regulador, os governos concederam licenças e títulos para acesso a diversos recursos a serem extraídos. Essas permissões vêm acontecendo por diversos motivos, desde o Estado tendo controle sobre determinado território, até a busca de apoio político do empresariado, ou mesmo da população otimista e esperançosa de

desenvolvimento (Gudynas, 2009). Ainda, a expansão do extrativismo pode ter sido envolta em casos (clássicos) de corrupção, regras e acordos, que definiam concessões para exploração costumavam ser obscuras. A aplicação dessas regras acabava servindo a uma rede de acordos e favores entre as esferas política e empresarial (Gudynas, 2009).

A visão de Gudynas (2009) em relação a natureza corrompedora do extrativismo agrário reside na intrincada relação entre Estado e setor privado que existe nesse fenômeno. Isso pode ser observado desde legislações que são propostas com o claro intuito de facilitar o acesso a terras públicas até o perdão de dívidas.

Já no chamado neoextrativismo, a participação do Estado é diferente (Gudynas, 2009). As regras passam a ser mais claras, o que não necessariamente significa que sejam elas boas regras, e passam a ter um caráter que vai muito além do mero conchavo entre amigos. Até mesmo se observam casos em que a renegociação de contratos pode dificultar a vida do empresariado, elevando tributos e aumentando a participação de empreendimentos estatais. Existe uma real preocupação em usar o extrativismo como possibilidade de trazer desenvolvimento.

Os governos ditos progressistas na América Latina do início do século XX, entre eles, Lula no Brasil, Kirchner na Argentina, Correa no Equador, Morales na Bolívia e Chavez na Venezuela, viam de maneira muito positiva as exportações de matérias-primas (Gudynas, 2009). Os números de exportações foram sempre vendidos por essas administrações como símbolo de sucesso, e aumentá-las era uma das prioridades. Esse aumento, combinado com maiores preços das *commodities* no mercado global aumentaram a arrecadação, gerando fundos e recursos para investimentos sociais (Gudynas, 2009).

No entanto, o avanço da mineração, da exploração de petróleo e das monoculturas são responsáveis também por desencadear impactos ambientais e territoriais profundos. Segundo Gudynas (2009), esses empreendimentos representam a chegada de um largo contingente de trabalhadores e equipamentos a territórios antes remotos. Locais esses, muitas vezes, habitados por comunidades rurais tradicionais e povos indígenas, resultando em muitos

conflitos e disputas pelos recursos. A tendência tem sido a expropriação e marginalização dessas populações, na medida em que o extrativismo passa a condicionar e mediar o ordenamento territorial de um território.

Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023) trazem para a discussão a análise de como esse extrativismo se comporta no contexto da agricultura, chamando esse fenômeno de “agroextrativismo”. Os autores traçam a evolução do agroextrativismo desde os tempos do colonialismo europeu até a sua atual versão neoliberal de acumulação de capital (Veltmeyer e Ezquerro-Cañete, 2023).

Contemporaneamente, o agroextrativismo se verifica no caráter extrativo de uma economia controlada por corporações e agricultura de monoculturas. Ao largo da história, a agricultura teve papel chave na evolução do capitalismo e no desenvolvimento das forças produtivas. Ela fornecia trabalho no processo de acumulação primitiva na medida em que separava agricultores da terra transformando-os em operários. Daí que surge a ideia de “questão agrária”.

Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023) argumentam que essa dinâmica da questão agrária não está apenas nas origens do capitalismo, mas em todas as suas fases de desenvolvimento. Na era da globalização neoliberal isso não é diferente. A exploração do campo não criou operários para as fábricas, até porque o que se viu foi uma desindustrialização de países como o Brasil, o que houve foi um crescimento do contingente de trabalhadores sem-terra. A questão agrária continua atual e, no contexto de hoje, ela é reflexo direto do caráter extrativista que o capitalismo global vem adquirindo e, nesse sentido, do avanço do agroextrativismo.

Svampa (2019) também trata do extrativismo agrário primeiro trabalhando o conceito de neoextrativismo. Para ela, esse fenômeno se encontra no centro da acumulação capitalista contemporânea. Ressaltando a ideia de metabolismo social do capital no marco do capitalismo, argumenta que seu aumento tem demandado a exploração de volumes cada vez maiores de matérias primas e energia. Essa exploração tem como consequência, entre outras, um crescimento vertiginoso da pressão sobre a natureza, os territórios e a população, sobretudo na América Latina.

É notório que o extrativismo sempre esteve presente na América Latina. Sua longa história se confunde e define muitas lutas sociais, o modo de apropriação da terra e da natureza, o processo colonial de acumulação primitiva do capital e o estabelecimento do capitalismo na região. No entanto, como argumenta Svampa (2019), o século XXI assiste a uma atualização desse fenômeno com a adição de novas dimensões que derivam da globalização, o crescimento da China no contexto de uma transição de hegemonia, a expansão da fronteira de *commodities* para atender esse mercado globalizado, o esgotamento de recursos não renováveis e crise climática e ecológica. Nisso também entram os interesses de governos nacionais que vêm no extrativismo e no modelo agroexportador uma maneira de desenvolver o país e obter lucros altos em apoio a elite empresarial. As questões a nível global também se transformam com a resistência a ocupações de territórios e o surgimento de lutas ecoterritoriais. A política também é abalada nesse contexto com o surgimento de novas forças, de uma nova forma de fazer política e o aumento da violência e intolerância.

Assim aparece uma espécie de interface entre o neoextrativismo e o extrativismo agrário. O primeiro como um modelo de desenvolvimento focado na apropriação intensiva de recursos naturais para crescimento econômico, geralmente associado a governos progressistas na América Latina. Já o segundo, surge como consequência ou mesmo como ferramenta do primeiro sendo uma forma de extrativismo aplicada à agricultura, caracterizada pela exploração intensiva de terras e recursos naturais para a produção de *commodities* agrícolas. Extraíndo além disso as condições humanas para a reprodução do seu modo de vida no meio rural.

1.2. O neoextrativismo subsidiando a ideia de extrativismo agrário

O que Svampa (2019) e outros chamam de neoextrativismo contemporâneo subsidia a noção de um extrativismo agrário. Esse se caracteriza por ser um modelo de desenvolvimento que se baseia na superexploração de bens naturais – esses progressivamente mais escassos e, na maior parte dos casos, não renováveis –, a expansão da fronteira de extração para territórios

antes tido como não viáveis a exploração do grande capital – aqui entra precisamente o caso do Matopiba –, o foco em bens primário e em grande escala, bens como gás, petróleo, cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco e, sobretudo no caso brasileiro e do Matopiba a super exploração de artigos agrícolas como a soja e o milho. Aqui também se inclui grandes obras de infraestrutura como hidrovias, portos e represas que são fundamentais no processo extrativo e que contribuem para a degradação ambiental.

Assim conceituado, fica claro que o neoextrativismo inclui atividades que tradicionalmente não são vistas como extrativistas. O foco dessa análise está mais nos fins dessas atividades que são alimentar o grande capital sem desenvolver as forças produtivas, do que nos artigos que estão sendo explorados.

Svampa (2019) argumenta ainda que o neoextrativismo apresenta uma dinâmica territorial própria com tendência de ocupação intensiva de territórios e grilagem de terras. Esses processos, fundamentais para a monoprodução em larga escala, concentram poder, exclui formas alternativas e locais de produção e desloca e marginaliza um enorme contingente de populações.

Assim o neoextrativismo, bem como o extrativismo agrário, redefine as disputas por terra nas últimas décadas. Nessa nova configuração as populações expropriadas se vêm contra, não mais a grandes fazendeiros, mas sim diante de grandes conglomerados agroalimentares transnacionais que muitas vezes sequer se sabe quem são seus donos e responsáveis.

Lopez, Vertiz e Olavarria (2015) passam pelo assunto quando buscam compreender a articulação entre projetos nacionais de desenvolvimento e as necessidades de acumulação de capital por parte do extrativismo-rentista transnacional. Primeiro problematizando os impactos da globalização neoliberal como um projeto de classes dominantes em diferentes níveis de desenvolvimento geográfico em países diferentes da América Latina. Em seguida, caracterizando as estratégias do capital extrativo rentista nos diferentes países, com diferentes projetos de desenvolvimento nacional. Por fim analisando diferentes conflitos decorrentes do extrativismo. A conclusão a que chegaram é

a da existência de uma dependência e subordinação do Estado nacional diante do capital extrativo.

Brand, Dietz e Lang (2016) procuram distinguir o neoextrativismo do extrativismo clássico. Começam chamando o primeiro de progressista e o segundo de liberal. Para eles a distinção se localiza na formação histórica e social de cada país. Por isso é difícil de se falar em um só extrativismo ou neoextrativismo. No entanto, apesar das diferenças reconhecidas, os autores argumentam que as similaridades estão cada vez mais evidentes. Esses padrões estão presentes nas práticas políticas, nos meios de apropriação da natureza e na prevalência das redes internacionais extrativas.

Brand, Dietz e Lang (2016) referem-se ao neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento contextualizado em um momento histórico específico do desenvolvimento capitalista. Nessa fase do modelo capitalista neoliberal a natureza desempenha um papel fundamental no mercado mundial e seu regime de troca de valores o que o faz apresentar pontos em comum em diferentes regimes políticos.

Brand, Dietz e Lang (2016) afirmam que o neoextrativismo emerge nos anos 1970 e a partir da década de 2000 se torna mais forte. Alguns dos fatores que estão por trás do fortalecimento desse fenômeno residem nas mudanças no que eles chamam de constelações do mercado mundial e no crescimento de rivalidades geopolíticas e geoeconômicas. Tais mudanças vieram a fortalecer a procura contínua e elevada por recursos naturais. Essa alta procura manteve-se alta até meados da década de 2010 principalmente pelo crescimento da China. Outro fator foi a crescente atuação estatal em garantir a estabilização da prática extrativista através da garantia institucional e jurídica no campo, do fortalecimento dos direitos de propriedade e uso, com concessões e título de terras e áreas florestais e enfraquecimento do controle ambiental.

O papel do Estado foi também fundamental na oferta de infraestrutura. Autorização de exploração, extração e comercialização de matérias-primas precisavam vir acompanhadas de estradas, portos e oleodutos. Outro fator importante na defesa do extrativismo, foi a defesa dos biocombustíveis como forma de diminuir o uso de combustível fóssil e, portanto, amigável ao meio

ambiente. Não levando em consideração a degradação que traria às aéreas de cultivo. Uma das características do neoextrativismo é o caráter distributivo. Como ele é anunciado como um meio de diminuir a desigualdade tão presente na América Latina, é muitas vezes aceito entre setores politicamente a esquerda e garantem uma estabilidade social e política aos governos progressistas (Brand, Dietz e Lang, 2016).

Com tudo isso foi possível criar um cenário de legitimação do neoextrativismo. Na realidade o que esse fenômeno trouxe foi uma base social ainda bastante hegemônica a partir de uma prosperidade que se baseia na extração de riqueza já existente, sem preocupação em preservação nem mesmo para a reprodução.

Brand, Dietz e Lang (2016) trazem a dimensão do conflito para a discussão do neoextrativismo. Para eles, o fenômeno tem sido marcado por novas disputas sociais com novos processos de descentralização democrática e uma tendência autoritária por parte do poder estatal. Esses conflitos não se resumem a disputa sobre o acesso aos recursos ou a riqueza deles, mas reside também numa divergência de visões a respeito de prosperidade, relação com a natureza, política, ordem, cultura, identidade e autodeterminação territorial.

Andrade (2022) traz uma análise semelhante à de Brand, Dietz e Lang (2016). Para ela, o extrativismo agrário se constitui como fenômeno e é, ao mesmo tempo, condicionado pela organização social da produção e na dinâmica de acumulação de capital e pelas relações sociais e de poder de cada país. Dessa forma, o extrativismo agrário não pode ser conceituado sem levar em consideração o padrão histórico e social de desenvolvimento do capitalismo naquele país. Portanto, fazer essa conceituação requer um grande esforço. É importante ressaltar que a necessidade de entender cada realidade não dispensa a dimensão internacional do extrativismo agrário.

Para Lopez, Vertiz e Olavarria (2015) o cenário de dominância das empresas transnacionais é também repleto de contradições. A fragmentação territorial que causa a transnacionalização do capital na América Latina, ao mesmo tempo impulsiona e abre espaços para novas expressões de luta popular. Nesse contexto os atores marginalizados são desafiados a criarem

instâncias de articulação tanto no nível nacional como continental. Essas alianças precisam combinar aspectos materiais e simbólicos de luta política para constituir um projeto de superação da dependência em relação ao capital transacional e do extrativismo como um todo.

Para Andrade (2022), a reprimarização pela qual muitas economias da América Latina, incluindo Brasil, vêm passando nas últimas décadas é a manifestação mais notória do extrativismo na economia global. No entanto, a autora chama a atenção de que nada mais são, em essência, uma continuação da maneira como o capitalismo sempre acumulou capital e se organizou socialmente. Países como o Brasil assumirem esse papel não é nada surpreendente para um país da periferia do sistema.

Por fim, Andrade (2022) defende que o neoextrativismo praticado por governos progressista na América Latina foi paradoxal na medida em que trouxe uma perda de riqueza social, de renda e oportunidades de desenvolvimento. Ainda que tenha havido uma utilização democrática dos recursos. Para a autora não há de se falar em extrativismo democrático muito menos progressista. O que também houve foi o Estado promovendo um sistemático esgotamento de recursos naturais e forçando uma integração da economia local com circuitos internacionais o que na prática forçou o estabelecimento de uma estrutura produtiva regressiva com proprietários e/ou controladores dos recursos a serem explorados ditando políticas que melhor favorecessem seus interesses de extrair riqueza. O neoextrativismo, posto assim, não passa de mais uma política neoliberal.

Brand, Dietz e Lang (2016) sugerem que a continuidade do neoliberalismo está refletida na forma subordinada de integração da América Latina no mercado mundial. Dessa forma o extrativismo ou neoextrativismo e, por que não, o extrativismo agrário, nessa região têm tanta relevância e são fundamentais para manter de pé o atual sistema de produção.

O que se pode inferir é que o extrativismo é uma prática baseada na centralização, no monopólio do controle sobre recursos e fluxos econômicos a partir do controle político e narrativo, com o objetivo de acumulação de capital.

No meio do caminho o que se vê é uma miríade de dinâmicas e desenvolvimentos específicos.

Além das trocas ecológicas e econômicas desiguais, o extrativismo agrário traz consigo uma série de consequências sociais. A renda decorrente da agricultura oscila rapidamente, as populações são deslocadas, a natureza é destruída e o sistema político é fortemente corrompido. Dessa forma o extrativismo agrário se apresenta como uma intrincada trama que combina exploração social, econômica e ecológica devastadora para as populações mais carentes e majoritárias do meio agrário. Assim, qualquer análise desse fenômeno tem de sopesar os aspectos sociais da produção diante da exploração predatória feita pelo capital em relação não só às riquezas naturais como também sobre a vida humana.

Os aspectos pelos quais se pode analisar esse fenômeno são variados. Desde a sua relação umbilical com o Estado, que o subsidia e o apoia direta e indiretamente, passando pela degradação ambiental que gera, até a sua dependência do trabalho não remunerado de mulheres, crianças e idosos, o que exacerba contradições de gênero e de gerações.

Para Svampa (2019), Gudynas (2018) e Acosta (2013), extrativismo e conceitos relacionados, como neoextrativismo e pós-extrativismo, incluindo o extrativismo agrário, resumem uma trajetória histórica de desenvolvimento de toda a América Latina desde a chegada europeia. É difícil tratar sobre quando um conceito se transforma no outro se é que isso acontece. A estratégia subjacente a esse modelo extrativista tem gerado uma dependência econômica da exploração dos recursos naturais, acompanhada de uma expansão violenta das fronteiras e da exportação desses recursos. Esse processo também está associado à desapropriação e ao genocídio, aspectos que fazem parte da “invenção da Europa e da expansão do capital.”

Como resultado, o extrativismo não se limita apenas à mineração, mas abrange qualquer tipo de exploração e apropriação da natureza, incluindo a agricultura.

O conceito de neoextrativismo, embora semelhante ao extrativismo tradicional, distingue-se principalmente pela dimensão política e pelo apoio dos

governos progressistas da América do Sul, que adotam uma abordagem desenvolvimentista. Desde o início do século XXI, com o aumento global dos preços das matérias-primas — o chamado “*boom das commodities*” — a região tem experimentado novas oportunidades em que o capital extrativista tem consolidado sua expansão e apropriação de recursos naturais, especialmente no que diz respeito à terra.

Essa nova fase é conhecida como neoextrativismo (Acosta, 2013) e é caracterizada pela distribuição de lucros por meio de políticas sociais. O modelo é impulsionado pelo planejamento e gestão, pelo uso intensivo de tecnologias e pelo envolvimento de terras “não utilizadas” e outras já destinadas à produção agrícola e pecuária. Além disso, é apoiado por incentivos governamentais destinados a expandir as fronteiras agrícolas e aumentar a competitividade brasileira no mercado internacional de commodities agrícolas.

Nas últimas décadas a agricultura foi palco de muitas transformações. Através da mecanização e conseqüente redução da necessidade de mão-de-obra, da disseminação de sementes geneticamente modificadas e do aumento progressivo da dependência de agrotóxicos, hoje há quem concorde em falar na existência de uma agricultura industrial. Dessa forma, essa suposta industrialização se apropria da riqueza, do trabalho e até mesmo da reprodução biológica dos recursos que são ali cultivados. Assim, o extrativismo agrário vai gradativamente conseguindo reduzir a importância da complexidade típica da natureza e vai padronizando e simplificando os processos biológicos moldando a suas necessidades de escala, produtividade e eficiência na busca de aumentar os seus ganhos. Aqui se evidencia característica fundamental para se entender o extrativismo agrário que é a importância cada vez mais reduzida da natureza (McKay *et al*, 2021).

Esse *modus operandi* foi claramente visto na expansão da fronteira agrícola para o centro do Brasil, no que ficou conhecido como “Milagre do Cerrado” (Sauer e Oliveira, 2021). Quando do crescimento dos projetos de produção de soja no bioma, foram despendidos uma série de investimentos no uso de fertilizantes químicos para adequar o solo da região, considerado ácido demais para a cultura e sobretudo para as variedades de sementes melhoradas que se pretendia usar. Todavia, os impactos ambientais que poderiam surgir

foram ignorados. Típico dos sistemas de monocultura, as infestações de doenças, ervas daninhas e variadas pragas, são combatidas por doses cada vez mais tóxicas de venenos químicos e variedades mais resistentes de sementes, num ciclo vicioso que expõe agricultores e moradores próximos às plantações aos perigos de contaminação.

Para McKay *et al* (2021), o advento da agricultura industrial e de suas transformações ao longo do tempo, trouxe consigo não só as contradições biológicas e físicas citadas. Também transformou as relações sociais de produção, de propriedade e de poder no meio rural. Os autores chamam a atenção para o fato de que enquanto a mecanização e padronização do trabalho aliados a fatores externos de produção diminuíram a necessidade de mão-de-obra, os grandes contratos nos quais essa nova agricultura negocia foram criando novas formas, muitas vezes bastante sutis de controle sobre a propriedade da terra, de recursos naturais e do trabalho, progressivamente deixando os trabalhadores limitados em relação ao acesso a meios de reprodução da sua existência ali. Dessa forma, muitas pessoas que durante gerações tiveram na agricultura seu meio de vida se vêm forçados a vender sua força de trabalho em troca de um salário uma vez que não possuem mais acesso às sementes, às máquinas e ao mercado agora controlado por uma rede intrincada de oligopólios com enorme poder e em um sistema global de produção agroalimentar.

Dessa forma, outro elo importante na busca por entender do que se trata o extrativismo agrário aparece. Nesse sistema são extraídas também as condições dos mais vulneráveis e historicamente ocupantes do campo de continuarem a fazer agricultura fora da lógica da grande agroindústria.

Assim os pequenos agricultores que tentam continuar existindo se vêm cada vez mais dependentes de produtos mercantilizados e tem sua autonomia cada vez mais controlada pelas estruturas da agricultura corporativa. Isso se dá porque os meios de produção necessários agora precisam ser comprados e não podem mais ser simplesmente produzidos pelo próprio agricultor. Dessa forma, muitas vezes o pequeno produtor se vê tendo que recorrer a maneiras “não-agrícolas” de se capitalizar, recorrendo, por exemplo, a empréstimos. É dessa

maneira que a liberdade de produzir vai se deteriorando e o pequeno agricultor vai se vendo expulso do meio onde se encontrava há tantas gerações.

Para McKay *et al* (2021), na esteira dessa lógica da agroindústria, as pressões que vão cercando os agricultores mais pobres são variadas, entre elas o esgotamento de terra e trabalho, novas técnicas de cultivo que não são de fácil acesso, novos meios necessários à produção como sementes melhoradas, ferramentas, implementos, fertilizantes, pesticidas, inseticidas, entre outros, e a dificuldade de acessar mercados.

Quando se fala em fertilizantes, sementes melhoradas e agrotóxicos, outro fator importante na perpetuação do extrativismo agrário é o domínio da ciência pelo setor agroindustrial. A pesquisa científica tem um papel importante para o domínio do aspecto biofísico da natureza por parte da agricultura industrial e na criação de barreiras que dificulta a permanência dos agricultores tradicionais. No caso do Cerrado e especialmente no Matopiba quem cumpriu esse papel foi a EMBRAPA (Sauer e Oliveira, 2021).

Com o controle direto ou indireto da agenda científica no campo das ciências agrícolas, o agronegócio procura criar novas técnicas e pacotes tecnológicos de sementes, defensivos, insumos e máquinas, patenteá-los e ao mesmo tempo em que cria uma nova fonte de ganhos econômicos cria barreiras de controle sobre os pequenos agricultores. Dessa forma, os oligopólios agroindústrias aumentam mais e mais o seu poder determinando sua autoridade sobre a produção agrícola.

No extrativismo agrário, cada vez mais os variados aspectos da produção como a ciência, as sementes, as técnicas, as máquinas, a vida e a terra, vão sendo mercantilizados e moldados aos interesses dos poucos e grandes grupos econômicos que dominam o setor. Uma vez que esse domínio se estabelece o caminho fica aberto para a fácil extração de renda, energia, recursos naturais e humanos e da riqueza de maneira implacável e impune (Alonso-Fradejas, 2021).

Maristella Svampa (2012) inclui o agronegócio e a produção de biocombustíveis em sua visão do novo extrativismo na América Latina, destacando que esses setores consolidam um modelo baseado na monocultura, destruição da biodiversidade, concentração de terras e reestruturação destrutiva

de vastos territórios, impulsionado pelo que ela chama de consenso das *commodities*, em referência ao consenso de Washington. O conceito de extrativismo agrário foi introduzido para se referir à produção intensiva e em larga escala de monoculturas para exportação. Mas o que caracteriza o “extrativismo” no extrativismo agrário, para ela, não necessariamente são todas as plantações de monoculturas em larga escala com uso intensivo de produtos químicos.

Ainda que esse tipo de produção agrícola possa variar em termos de controle e uso da terra, relações de trabalho, distribuição de excedentes e relações sociais de produção e consumo. Algumas plantações em larga escala podem exigir uma grande força de trabalho ou ser cooperativas dos trabalhadores, reinvestindo o excedente na economia local, criando conexões, gerando sinergias intersetoriais dinâmicas e produzindo bens de consumo com valor agregado para o mercado interno. Embora esse tipo de agricultura industrial em larga escala também enfrente muitas questões socioecológicas, ele é diferente daquele que é altamente mecanizado, exige trabalho com salário-mínimo, é principalmente voltado para exportação com pouco ou nenhum processamento, é controlado por empresas em um mercado monopolizado e depende fortemente de insumos químicos externos. Nem toda produção agrícola intensiva em capital é inerentemente extrativista, por isso é importante especificar o caráter extrativista do processo de produção (Svampa, 2012).

Em vez de manter uma reserva de trabalho que poderia manter os salários baixos e onde a acumulação de capital depende principalmente da exploração do trabalho, o extrativismo agrário é caracterizado por um paradoxo: os lugares (ou seus recursos) são úteis, mas as pessoas não são, resultando em desapropriação sem qualquer perspectiva de absorção de trabalho. Em outros casos, tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo são necessários e explorados para a expansão agroextrativista. Essas características extrativistas de algumas formas de agricultura corporativa minam as próprias bases materiais das quais dependem para sua reprodução e apropriação de valor, tal qual o extrativismo clássico que não reproduz aquilo que extrai. Isso não apenas está levando à exaustão do solo, destruição ecológica, emigração rural e criação de populações excedentárias, mas também está causando impactos catastróficos e irreversíveis para inúmeras espécies, incluindo a nossa.

Poth (2021) traz para o debate o papel da ciência no extrativismo agrário. As biotecnologias transformaram radicalmente as cadeias de valor agrícolas, alterando as práticas agrícolas, o uso da terra, do solo e da água, e exigindo insumos sintéticos externos para a produção. Elas mudaram a lógica tradicional da propriedade e os papéis dos atores agrários. Essa transformação é marcada por substituições biofísicas e soluções técnicas que intensificam os processos de mercantilização, permitindo ao capital extrair valor dos agricultores, da sociedade, do Estado e da natureza. À medida que o capital continua a transformar a vida agrária, essas formas de extração se integram às relações e modos de produção capitalistas. No entanto, as relações extrativistas no setor agrário não se manifestam apenas na exportação de grandes quantidades de matérias-primas, mas também nas áreas da ciência e da produção de conhecimento.

Esse modelo tem sido eficaz na geração de lucros para o capital oligopolista, mas falhou gravemente em combater a fome e manter um ambiente saudável. Globalmente, a agricultura industrial é responsável por apenas cerca de 30% da produção de alimentos, enquanto utiliza 70% da terra e da água e desmata mais de 13 milhões de hectares por ano, contribuindo significativamente para as mudanças climáticas (Poth, 2021). Esse modelo reduziu o emprego agrícola e deslocou agricultores, provocando a emigração rural, além de substituir diversas variedades de culturas por monoculturas e pecuária. Por fim, causou contaminação ambiental e a proliferação de doenças associadas ao uso de agroquímicos tóxicos.

O extrativismo agrário envolve um processo de transformação e reestruturação em que as biotecnologias, incluindo sementes geneticamente modificadas, influenciam as relações de produção agrária. A importância dessas tecnologias na dinâmica da mudança agrária exige uma compreensão mais profunda dos laboratórios e universidades onde são desenvolvidas, bem como do processo contínuo e fluido de expropriação e reapropriação de conhecimento. Isso revela como o capital precisa constantemente criar novas formas de gerar lucros, transformar e expandir as relações agrárias, e impor novas dinâmicas de exploração baseadas na violência e na construção de legitimidade.

O capitalismo, como o principal modo de produção que molda as relações sociais, tenta superar suas crises de acumulação adiando-as no tempo e expandindo-se no espaço. O conceito de "solução espaço-temporal" funciona como uma metáfora para as estratégias do capital para enfrentar suas crises. Conforme Harvey (2003) propõe, o capital busca deslocamentos temporários, como investimentos em projetos de longo prazo ou em áreas sociais como educação e pesquisa, e deslocamentos espaciais, através da abertura de novos mercados, mercantilização, expansão das capacidades produtivas e exploração de novos recursos e locais de trabalho. Essas movimentações demonstram que a reprodução do capital depende de processos de "acumulação por desapropriação", que envolvem a contínua expropriação e apropriação de terras, recursos e trabalho.

Nesse sentido, a consolidação do extrativismo agrário implica a destruição das estruturas materiais, culturais e ambientais das redes socioterritoriais. Esse processo envolve a apropriação do ambiente, do trabalho, das habilidades e do conhecimento, utilizando mecanismos similares aos de roubo e predação.

A apropriação do conhecimento pode se dar pelo "sequestro" dos centros de pesquisa. Universidades e laboratórios que dependem do financiamento do setor privado, ou mesmo quando públicos servem à elite econômica e frequentemente produzem informações que são de propriedade exclusiva de empresas. Segundo Poth (2021), esse modelo favorece práticas individualistas, meritocráticas, pragmáticas e reducionistas dentro dos laboratórios, além de fortalecer a estratégia de sigilo acadêmico para manter a informação restrita. Esse cenário estimula a competição científica e orienta a pesquisa conforme os interesses das empresas patrocinadoras. Assim, o capital exerce controle sobre o que é pesquisado, para quem e de que forma os pesquisadores conduzem seus estudos. O capital busca acumular conhecimento, apropriando-se do saber de outras culturas e controlando recursos genéticos. Uma maneira de analisar a desapropriação no campo da pesquisa é observar como o conhecimento público é institucionalizado e transferido para esferas privadas. Enquanto anteriormente a produção de conhecimento público permitia debates sobre dinâmicas, objetivos e destinatários da pesquisa, hoje essas disputas são suprimidas com

a consolidação da ciência pública, que agora deve gerar conhecimento em colaboração com empresas privadas para os mercados, frequentemente por meio de parcerias entre instituições públicas e privadas, como exemplificado pela atuação da Embrapa, especialmente no Matopiba.

Os mecanismos legais de apropriação do conhecimento, como os direitos de propriedade intelectual, consolidaram formas de acumulação em escala global. Para criar valor, uma mercadoria precisa circular e se difundir, mas dentro de quadros jurídicos que garantam a capacidade de gerar lucros. Assim o valor de troca do conhecimento está completamente ligado à capacidade prática de limitar seu compartilhamento e popularização. Portanto, outra condição essencial para garantir o extrativismo agrário é a consolidação do Estado e seus quadros jurídicos para legitimar e naturalizar essa desapropriação, impondo a propriedade privada em novos espaços e aprofundando sua comercialização. Assim, a violência inerente do extrativismo se institucionaliza juridicamente, criminalizando aqueles que reivindicam o direito de propriedade comum do conhecimento científico (Poth, 2021).

O capital, dentro do meio rural, intensificou a busca por uma renda diferenciada, concentrando o controle de todos os elos da cadeia agrária pelas empresas, expandindo a produção para novos territórios e consolidando novas mercadorias. O extrativismo agrário também configurou a penetração do capital com novas estratégias de controle de recursos (terra, sementes e biodiversidade) e dinâmicas estatais contraditórias para consolidar a acumulação de capital e apoiar a legitimidade política desse modelo. Essas mudanças resultam não apenas em concentrações e deslocamentos econômicos e territoriais, mas também em violações dos direitos humanos (saúde, alimentação, água e outros) e na criação de democracias de participação excludente (McKay et al, 2021).

Com o avanço das biotecnologias, o capital pode controlar o ciclo da vida desde o seu começo, estabelecendo as condições de existência de cada organismo modificado. Assim, controlar o processo de reprodução da vida é ao mesmo tempo um objetivo e um meio para exercer poder no extrativismo agrário.

As biotecnologias permitem a manipulação, apropriação e controle da natureza, incorporando mecanismos de mercantilização nas sementes e criando variedades que interagem no ritmo do capital. Dessa maneira, as sementes são convertidas em mercadorias desde o início. As sementes geneticamente modificadas refletem a expansão do capital na reprodução da vida, definindo as condições de existência dessas novas formas biológicas de acordo com lógicas de mercado.

Essa acumulação de conhecimento é precedida pela expropriação e apropriação de recursos agrários tradicionais locais. Esse processo resulta na apropriação de materiais genéticos e saberes pelas empresas, que se baseiam no conhecimento das comunidades indígenas e camponesas para realizar experimentos em laboratórios, os quais acabam sendo considerados como uma invenção (Poth, 2021).

Por fim, Poth (2021) argumenta que as biotecnologias ampliaram a escala de acumulação por desapropriação em áreas agrícolas, alterando a estrutura econômica globalmente. Elas consolidaram uma cadeia agrária na qual laboratórios e universidades desempenham papéis essenciais nas estratégias de acumulação, criando novos mercados e oligopólios.

De um lado, o extrativismo agrário contribui diretamente para a acumulação de capital ao deslocar camponeses e outros habitantes rurais, devastar o meio ambiente por meio de desflorestamento e perda de biodiversidade. Por outro lado, também adota mecanismos mais sutis de desapropriação, estabelecendo relações de dívida e dependência, destruindo economias regionais e ignorando questões ambientais.

1.3 Como o extrativismo agrário se manifesta no Matopiba

O extrativismo agrário, como forma de acumulação, está associado a relações sociais específicas de produção e reprodução na agricultura atual, onde as rendas fundiárias e a mais-valia são extraídas enquanto as oportunidades e

condições de trabalho se deterioram ou desaparecem devido a novas formas de controle e exclusão dentro da cadeia de valor (McKay, 2021).

Embora a apropriação de terras seja uma parte histórica crucial, o extrativismo agrário não pode ser reduzido apenas a apropriações ilegais de terras públicas ou comunais e à sua perspectiva especulativa. Dentro da chamada questão agrária, ele representa um processo estrutural que abrange diversas formas de apropriação — tanto legal quanto ilegal — de recursos naturais além da terra, como florestas, água e minerais, com consequências sociais significativas. No Brasil, o extrativismo agrário combina grandes investimentos em produção monocultora em larga escala e de capital intensivo voltado para a exportação, em propriedades muito extensas, junto a processos especulativos como a financeirização (Sauer e Oliveira, 2021).

Esse processo é apoiado por recursos públicos e pela flexibilização das leis pelo Estado, que tem impulsionado a expansão das fronteiras agrícolas, alterando o uso da terra e aprofundando a apropriação da natureza.

O extrativismo agrário contemporâneo no Brasil tem suas raízes na Revolução Verde de meados do século XX e está baseado na concentração fundiária, especulação e grilagem. Não se limita à sua dimensão produtiva, mas está profundamente ligado à especulação financeira, especialmente após a crise econômica de 2008. Historicamente, está enraizado em pactos de poder entre as elites agrárias (grandes proprietários de terras), o agronegócio e o Estado. Com seu poder nas diversas esferas de decisão, o extrativismo agrário impõe posições políticas conservadoras e resulta em pobreza e desigualdade.

As narrativas hegemônicas que apoiam o extrativismo agrário, baseiam-se em uma série de argumentos e ações. Elas buscam construir e manter o apoio público que legitime os processos de acumulação associados às atividades extrativas. Isso inclui o apoio ao agronegócio (principalmente grandes monoculturas e pecuária) e à apropriação de terras e recursos naturais, incluindo apropriações ilegais, com a narrativa de que aumentar a produção para exportação é a única solução (Svampa 2019).

Esses aparatos justificativos, que incluem discursos políticos, apoio midiático, pesquisas acadêmicas e mecanismos jurídicos, podem ser entendidos

como estratégias que promovem a expansão das fronteiras agrícolas como se fosse a única solução para a crise do sistema alimentar e todos os problemas relacionados às cadeias de abastecimento alimentar e a salvação econômica do país. Eles fazem parte de uma agenda política mais ampla, que abrange agências multilaterais e meios de comunicação, e são calcados em uma narrativa ligada às necessidades de abastecimento alimentar. Isso inclui discursos que defendem a flexibilização dos mecanismos legais e o apoio financeiro do Estado ao agronegócio. Segundo Sauer e Oliveira (2021), essas estratégias são formadas por coalizões complexas com interesses compartilhados que podem unir governos conservadores e populistas, corporações financeiras e interesses da mídia. Esse alinhamento pode levar a interpretações amplas e difusas dessas questões, destacando os efeitos da concentração fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de *commodities* e minimizando os efeitos das mudanças climáticas.

De acordo com Delgado (2013), a economia do agronegócio vai além de uma estratégia econômica pura para estabelecer ideologicamente uma hegemonia, reúne grandes latifúndios, cadeias agroindustriais intimamente ligadas ao setor externo e as burocracias do Estado. O extrativismo agrário no Brasil, combinando investimentos produtivos e improdutivo, está enraizado na exploração de vantagens comparativas naturais ou na renda da terra apropriando-se da terra e da natureza. Sua lógica extrativa baseia-se na produção, mas também na especulação, resultando na acumulação por desapropriação (Harvey 2003). O extrativismo agrário inclui investimentos de empresas agrícolas nacionais e estrangeiras para exportação, a desnacionalização do setor agroindustrial e a apropriação de terras, e a apropriação de terras públicas e comunais, resultando em conflitos fundiários e desigualdade social (Sauer e Oliveira, 2021). Pode-se concluir que a principal característica do extrativismo agrário no Brasil é a apropriação de terras de diversas formas. Para Delgado (2013) se baseia em um pacto de poder político que utiliza uma série de dispositivos ideológicos para sustentar suas práticas. Esses dispositivos incluem uma bancada ativa do agronegócio no Congresso Nacional - a bancada ruralista -, uma associação ativa da classe do agronegócio que representa interesses e promove a acumulação, a burocracia estatal voltada

para expandir o crédito público e o apoio governamental, a passividade das instituições reguladoras públicas, caracterizada pela flexibilização das leis e regularização da grilagem de terras, a cooptação de meios acadêmicos e o apoio da mídia nacional.

O extrativismo agrário tem gerado uma série de conflitos socioambientais, especialmente relacionados a disputas por terra, território, água e outros recursos naturais (Sauer e Oliveira, 2021). À medida que a fronteira agrícola se expande, invade terras e territórios de comunidades tradicionais, povos indígenas e produtores rurais de base familiar que têm se estabelecido na Amazônia e no Cerrado há várias décadas. Neste contexto, os projetos políticos, como o relaxamento de normas e leis fundamentais para a grilagem, financeirização e o caráter extrativista do uso da terra e das condições de trabalho têm levado à desnacionalização do território nacional, reduzindo a capacidade de regulação e enfraquecendo a soberania. Ao contrário do período colonial e de processos de expropriação anteriores, surgiram novas e mais flexíveis medidas governamentais destinadas a legalizar a expropriação e a apropriação de terras. Sauer e Oliveira (2021) destacam o papel do *land grabbing* da terra no extrativismo agrário, um fenômeno relatado pelos residentes da região, que observam a presença de estrangeiros como proprietários de terras.

Historicamente, os regimes fundiários — que incluem leis, formas de apropriação e uso da terra, e direitos fundiários — seguiam uma lógica nacional que refletia a importância da nação e seu sistema jurídico. O processo descrito representa uma inovação nos mecanismos do extrativismo agrário. No Cerrado brasileiro, e especificamente no Matopiba, há evidências claras de processos capitalistas de internacionalização ou desnacionalização de terras e recursos naturais promovidos pelo Estado, evidenciando as tendências do extrativismo agrário (Sauer e Oliveira, 2021).

Pode-se concluir que a principal característica do extrativismo agrário no Brasil é a apropriação de terras de diversas formas. Para Delgado (2013) se baseia em um pacto de poder político que utiliza uma série de dispositivos ideológicos para sustentar suas práticas. Esses dispositivos incluem uma bancada ativa do agronegócio no Congresso Nacional - a bancada ruralista -,

uma associação ativa da classe do agronegócio que representa interesses e promove a acumulação, a burocracia estatal voltada para expandir o crédito público e o apoio governamental, a passividade das instituições reguladoras públicas, caracterizada pela flexibilização das leis e regularização da grilagem de terras, a cooptação de meios acadêmicos e o apoio da mídia nacional.

O extrativismo agrário tem gerado uma série de conflitos socioambientais, especialmente relacionados a disputas por terra, território, água e outros recursos naturais (Sauer e Oliveira, 2021). À medida que a fronteira agrícola se expande, invade terras e territórios de comunidades tradicionais, povos indígenas e produtores rurais de base familiar que têm se estabelecido na Amazônia e no Cerrado há várias décadas. Neste contexto, os projetos políticos, como o relaxamento de normas e leis fundamentais para a grilagem, financeirização e o caráter extrativista do uso da terra e das condições de trabalho têm levado à desnacionalização do território nacional, reduzindo a capacidade de regulação e enfraquecendo a soberania. Ao contrário do período colonial e de processos de expropriação anteriores, surgiram novas e mais flexíveis medidas governamentais destinadas a legalizar a expropriação e a apropriação de terras. Aqui se destaca o papel do *land grabbing* no extrativismo agrário, um fenômeno relatado pelos residentes da região, que observam a presença de estrangeiros como proprietários de terras.

Historicamente, os regimes fundiários — que incluem leis, formas de apropriação e uso da terra, e direitos fundiários — seguiam uma lógica nacional que refletia a importância da nação e seu sistema jurídico. O processo descrito representa uma inovação nos mecanismos do extrativismo agrário. No Cerrado brasileiro, e especificamente no Matopiba, há evidências claras de processos capitalistas de internacionalização ou desnacionalização de terras e recursos naturais promovidos pelo Estado, evidenciando as tendências do extrativismo agrário (Sauer e Oliveira, 2021).

A economia do agronegócio é sustentada por sistemas judiciais, institucionais e midiáticos que oferecem narrativas que enquadram a expansão da fronteira agrícola como essencial e a apropriação de terras como inevitável para o desenvolvimento. Essas narrativas apoiam ações contra comunidades tradicionais, desconsiderando seus direitos, e áreas protegidas, através da

redução de populações e afrouxamento das proteções legais. Elas também têm levado a ações da bancada ruralista no Congresso Nacional, que representa a mais recente e significativa expressão do extrativismo agrário no Brasil. O resultado tem sido a abertura de terras — incluindo aquelas detidas ilegalmente ou em processos de apropriação — para a produção e exportação de mercadorias. Para a mera extração da riqueza.

CAPÍTULO 2.

A fronteira agrícola do MATOPIBA: caracterização da expansão dos monocultivos

2.1. O Matopiba e seu início

O Matopiba é a mais recente fronteira agrícola brasileira. O termo é um acrônimo que designa uma região formada pelos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Possuía 5,9 milhões de habitantes em 2010, sendo 57,60% no Maranhão, 25,30% no Tocantins, 12,72% na Bahia e 4,75% no Piauí. O Maranhão destaca-se por possuir a maior densidade populacional da região (14,18 hab/km²). Aproximadamente 35% da população dessa região, ou seja, 2,04 milhões de habitantes, residia no meio rural. Na Bahia, 42% da população do Matopiba residia no meio rural, no Piauí e Maranhão, 39%; e no Tocantins, 22%. A média brasileira residente no meio rural em 2010 era de 15,3%, o que demonstra que essa população no Matopiba está significativamente acima da média nacional (IBGE, 2010).

De acordo com Cabral, Sauer e Shankland (2023), a transformação do Cerrado em uma das regiões agrícolas mais produtivas da América do Sul começou na década de 1960, com a implementação de um pacote técnico associado à Revolução Verde no Brasil. Embora a financeirização do setor agrícola brasileiro seja um fenômeno relativamente recente, ela resulta de narrativas institucionais de longa data que promovem a industrialização, modernização e internacionalização da agricultura.

O agronegócio em grande escala se expandiu rapidamente por todo o Cerrado, fazendo do Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo. Em meio a um aumento no investimento estrangeiro e uma simultânea recessão econômica, o chamado "milagre do Cerrado" foi promovido e exportado como um exemplo de sucesso na modernização agrícola, impulsionada por investimentos nacionais, estrangeiros e transnacionais em terras, tecnologia e infraestrutura, apesar de ser fortemente sustentado por recursos públicos. Após 2010, o Matopiba tornou-se um alvo natural para novos investimentos devido à

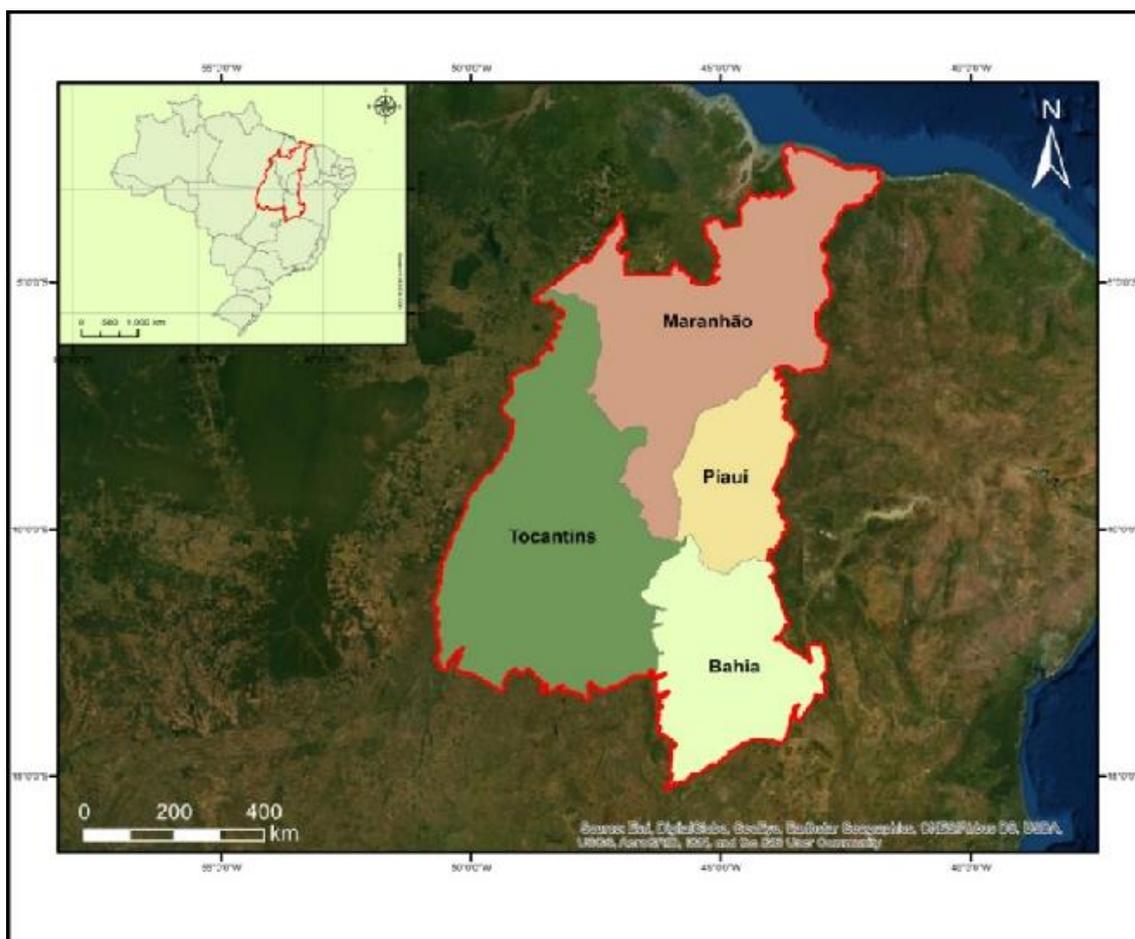
escassa proteção e fiscalização ambiental no Cerrado, bem como aos discursos que descreviam as terras da região como “improdutivas” e “disponíveis”, o que levou a vários casos de grilagem de terras públicas e comunais. Além disso, a localização estratégica do Matopiba, próxima ao porto norte de São Luís (Maranhão) e a outros importantes portos de embarque de soja, tornou a região ainda mais atraente. Esse processo de investimentos foi acelerado pelos esforços do Estado para desenvolver o Matopiba como uma potência global do agronegócio, no contexto de um *boom* internacional de *commodities* (Cabral, Sauer e Shankland, 2023).

2.2. Institucionalização e características

O Matopiba foi delimitado pelo Decreto Presidencial 8.447⁵ de 2015, assinado pela então presidenta Dilma Rousseff e pela ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu. A região abrange dez mesorregiões e compreende trinta e uma (31) microrregiões dos quatro estados. Sua área total é de 73 milhões de hectares e engloba 337 municípios (IBGE, 2010). Seu PIB estimado é de cerca de R\$ 53 bilhões, o que equivale a um valor próximo de R\$ 9 mil per capita. No entanto alguns municípios ficam bem acima desse valor, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, que possui PIB per capita de mais de R\$ 46 mil reais, o que evidencia a desigualdade e concentração de renda e produção que é bastante marcante na região (Favareto, 2019).

⁵ O decreto nº 8.447 de 2015 foi revogado pelo decreto nº 10.473 de 2020. O Matopiba voltou a ser institucionalmente definido com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 246, de 2020, aprovado pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, em junho de 2023. Além disso, o decreto nº 11.767 criou o comitê gestor para elaboração do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba (PDA-Matopiba), que visa organizar os investimentos federais para o desenvolvimento agropecuário da região.

Figura 1. Matopiba no território nacional



Fonte: Silva e Vianna (2022)

Após assumir o poder com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, Michel Temer se afastou significativamente da abordagem agrária do Partido dos Trabalhadores (PT). As políticas fundiárias sofreram grandes mudanças, incluindo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que era responsável pelos programas de reforma agrária. No entanto, Temer manteve e até aumentou o apoio ao agronegócio, especialmente através de crédito e suporte técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), beneficiando investidores na região do Matopiba. Entre as prioridades de sua administração estava a flexibilização das restrições de 2010 que limitavam a propriedade de terras por estrangeiros e outras políticas públicas (Cabral, Sauer e Shankland, 2023).

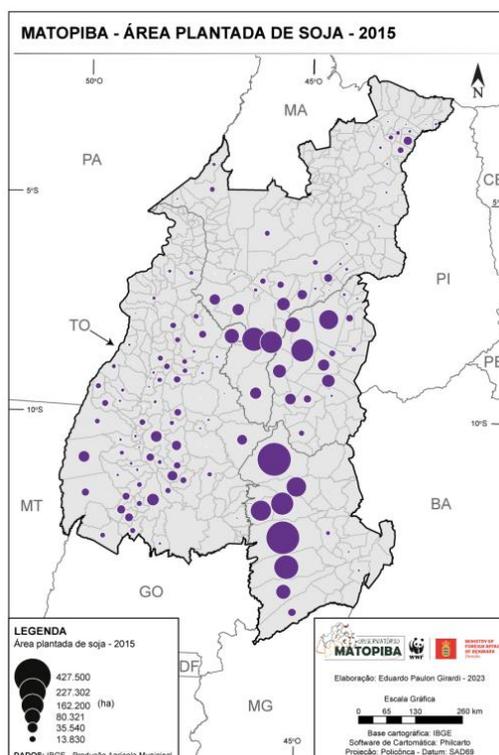
No entanto, ao estreitar a colaboração com a bancada ruralista, a influência política do setor do agronegócio tornou-se mais evidente,

evidenciando o apoio de Temer a projetos agrários de caráter extrativista. Em 2017, com o respaldo do Congresso, Temer conseguiu aprovar uma legislação que facilitou a privatização de terrenos públicos ocupados ilegalmente em regiões fronteiriças, incluindo terras destinadas à reforma agrária. A aplicação dessa legislação foi ainda mais facilitada pela alteração da Medida Provisória 910 em 2019 por Bolsonaro, que permitiu a titulação de terras públicas em todo o Brasil. Essa legislação beneficiou também aqueles que haviam se apropriado ilegalmente de grandes áreas de terra (até 2.500 hectares) nas regiões da Amazônia, Cerrado e Matopiba, geralmente com baixos ou nenhum custo (Araújo e Sauer, 2022).

Ainda que se trate de uma alta população rural para os padrões brasileiros, desde a década de 1990 ela vem diminuindo. Das 31 microrregiões, houve um decréscimo da população rural em 27. A principal explicação é que o crescimento do PIB trazido pelo aumento da produção agrícola tecnificada tenha favorecido a migração para as regiões urbanas (EMBRAPA, 2017).

De acordo com a Embrapa (2017), apenas treze das trinta e uma microrregiões eram responsáveis por 76,9% do PIB do Matopiba, com uma produção de 18,6 milhões de toneladas de grãos em 2014 com projeção de chegar a 22,6 milhões em 2024, com uma área plantada de até 10,9 milhões de hectares. Outras evidências da forte concentração da produção da região podem ser vistas, como por exemplo, só a microrregião baiana de Barreiras é responsável por 40% da produção de soja e milho e algo em torno de 75% da produção de algodão (EMBRAPA, 2017).

Figura 2. Área plantada de soja



Fonte: Observatório MATOPIBA, 2024.

Tabela 1. Municípios do Mato Grosso do Sul com maior área plantada de soja (2022)

Posição	Município	Hectares
1	Fomosa do Rio Preto (BA)	427.500
2	São Desidério (BA)	384.400
3	Baixa Grande do Ribeiro (PI)	227.302
4	Balsas (MA)	200.720
5	Tasso Fragoso (MA)	198.200
6	Barreiras (BA)	195.500
7	Correntina (BA)	193.100
8	Uruçuí (PI)	167.861
9	Luis Eduardo Magalhães (BA)	162.200
10	Riachão das Neves (BA)	125.000
11	Jaborandi (BA)	107.900
12	Campos Lindos (TO)	101.500
13	Ribeiro Gonçalves (PI)	85.850
14	Bom Jesus (PI)	82.209
15	Santa Filomena (PI)	80.321

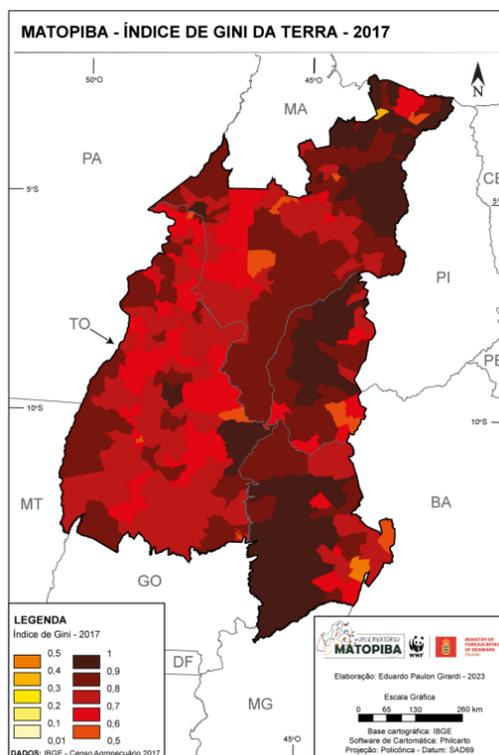
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

Uma característica marcante da estrutura agrícola do Matopiba é justamente a concentração da produção. O Censo Agropecuário (IBGE, 2009) divide os 250.238 estabelecimentos em classes de renda, em termos de salários-mínimos. A grande maioria dos estabelecimentos rurais, quase 80%, está na classe de 0 a 2 salários-mínimos, representando apenas 5,22% da renda bruta e 0,48 salário-mínimo por estabelecimento. Considerando que esses estabelecimentos, em geral, têm múltiplos moradores a renda per capita é ainda mais baixa, colocando essas pessoas entre as mais pobres do país. Por outro lado, 1.020 estabelecimentos superam 200 salários-mínimos mensais e se apropriam de quase 60% da renda agrícola regional (Alves e Souza, 2015).

A marcante desigualdade também se observa entre os municípios. A produção de riquezas e a expansão do bem-estar não estão diretamente relacionadas. Segundo Favareto (2019), apenas em 45 dos 337 municípios se verifica uma situação em que a alta produção seria acompanhada da expansão do bem-estar. Em 196 municípios a situação é de tanto produção como indicadores sociais sofríveis. Os demais estão em situação intermediária.

Com relação a desigualdade medida pelo Índice Gini, o que se vê é que os municípios do Matopiba ao mesmo tempo que apresentam uma desigualdade maior em relação à média nacional também apresentam um ritmo de diminuição menor que a média dos municípios brasileiros. Em alguns casos a desigualdade até mesmo aumentou nas últimas décadas. Até mesmo em comparação com municípios do mesmo estado que estão fora do Matopiba, a região apresenta índices piores (Favareto, 2019).

Figura 3. Índice GINI da terra⁶



Fonte: Observatório MATOPIBA.

A comparação entre as figuras 2 e 3 mostra uma tendência de municípios que são grandes produtores de soja também apresentam um elevado índice Gini da terra. Municípios como São Desidério, Barreiras e Correntina na Bahia; Tasso Fragoso no Maranhão e Baixa Grande do Ribeiro no Piauí, estão ao mesmo tempo entre os maiores produtores e entre os municípios que o índice Gini da terra ultrapassa 0,9. Na verdade, dos quinze municípios como maior área plantada de soja do Matopiba (Tabela 1), apenas Campos Lindos – TO, possui Gini inferior a 0,8.

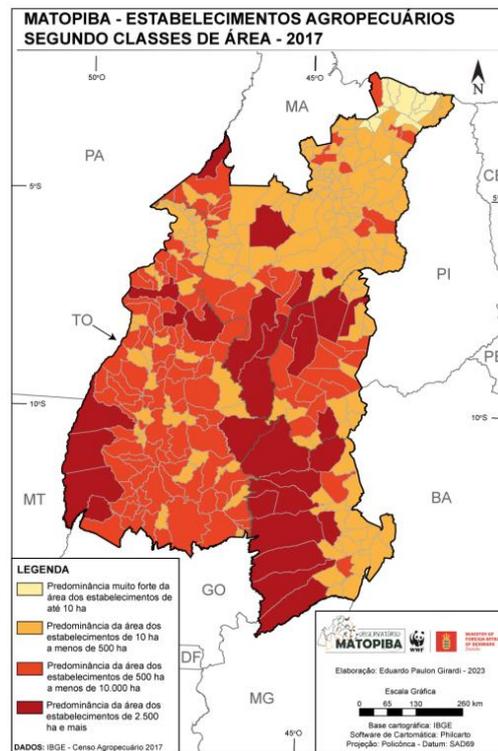
O processo de expansão da fronteira agrícola no Matopiba foi marcado por se dar em ritmo acelerado. A incorporação de novas terras vai no mesmo sentido. Entre 2013 e 2015, 18,9 mil km² de cobertura original do Cerrado foram subtraídos, parte significativa desse número no Matopiba. É como se a cada dois meses uma área das dimensões do município de São Paulo de Cerrado desaparecesse (Favareto, 2019).

⁶ Quanto mais intenso o tom de vermelho maior o índice Gini da terra. A escala Gini vai de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo de 1 maior é a concentração de terra.

Como já evidenciado, a desigualdade é bastante presente no Matopiba. Com relação a produção, a concentração é uma marca bastante significativa. Das trinta e uma microrregiões do Matopiba, sete são responsáveis por metade do PIB da região. Mas essa desigualdade também se observa em outras áreas que não só a produção. Segundo Favareto (2019) enquanto na maior parte do Brasil a primeira década do século XXI apresentou uma redução da pobreza e da desigualdade, no mesmo período, a região em questão apresentou uma estagnação quando não, uma intensificação da desigualdade em alguns municípios. Um cenário que, segundo o autor, é previsível quando comparado às experiências pretéritas de expansão da produção de soja em ocupações mais antigas do Cerrado, como é o caso de Mato Grosso.

Favareto (2019) aponta que o Matopiba passa por um processo de concentração fundiária, constituindo-se grandes fazendas onde outrora havia diversas pequenas propriedades geridas por comunidades tradicionais e agricultura familiar. Além de desapropriar todas essas pessoas, os altos índices de mecanização da produção dessas grandes propriedades não geram um nível satisfatório de uso de mão de obra. Os níveis de ganhos econômicos e produtivos são elevados na mesma medida em que são concentrados.

Figura 4. Estabelecimentos agropecuários



Fonte: Observatório MATOPIBA, 2024.

Para aqueles que defendem a maneira como a expansão da fronteira agrícola tem ocorrido no Matopiba, a concentração é temporária e esperada dado o baixo desenvolvimento da vida econômica que apresentava a região antes da chegada desses novos investimentos, e os empregos, por exigirem maior qualificação, dificilmente absorveriam a população local. Essa situação de concentração seria aos poucos superada pela diversificação da economia local que passaria a gerar novas atividades no setor de comércio e serviços direta e indiretamente ligados à produção agropecuária (Favareto, 2019).

No entanto, segundo Favareto (2019), casos similares apontam que essa diversificação só tende a ocorrer em alguns poucos municípios centrais que concentram a produção, os serviços e a renda. É pouco provável que esses benefícios se irradiem para o entorno. A maior parte dos municípios do Matopiba estaria assim, preso a uma situação de mera produção altamente mecanizada, portanto poupadora de mão de obra, que será comercializada a partir desses poucos municípios centrais. Assim, a riqueza produzida em quase nada circula pela maior parte dos municípios produtores.

Como não é investido na região em que é produzido, não gerando novos negócios ou empregos, o excedente tende a se dirigir para outros circuitos onde podem ser valorizados. Vão para investimentos em mercados financeiros, propriedades adquiridas em outras regiões, consumido em centros econômicos distantes, até mesmo em outros países. Um movimento típico de uma lógica de produção especializada e concentrada (Favareto, 2019).

Favareto (2019) também aponta que pode estar acontecendo um fenômeno que resulta em encobrir os efeitos negativos da expansão da soja. A população original de várias áreas do Matopiba estaria sendo deslocada para outros municípios ou regiões, ocupando terras não tão interessantes para o agronegócio por serem menos férteis e não disporem de infraestrutura. Também muitas dessas pessoas estão migrando da região em busca de melhores condições e deixando suas terras para a agricultura empresarial. Esses movimentos podem dar a impressão de que há uma diminuição da pobreza, mas não por conta de um dinamismo econômico trazido pelos novos empreendimentos agropecuários e sim pela saída das pessoas mais pobres da região.

É de se esperar que a pressão exercida pela agricultura empresarial sobre os moradores originais resulte em conflitos sociais e ambientais. E resulta. Mas, como aponta Favareto (2019), não se tem visto nessas décadas grandes mobilizações ou reações organizadas pela sociedade civil. Isso pode ser creditado ao tamanho reduzido da população afetada diretamente. Também entra em cena o fato de que mesmo os afetados compram o discurso dominante de que, em algum momento, o desenvolvimento econômico prometido chegará até eles, e também pelo fato de que houve, ainda que concentrada, uma transformação econômica na região.

A chegada desses novos empreendimentos ao Matopiba iniciou um grande processo de procura por aquisição de terras. Segundo Favareto (2019), a apropriação de terras não se deu unicamente por mecanismos típicos de mercado, mas muitas vezes por meios ao menos questionáveis. De fato, muitos dos que ali chegaram com o intuito de explorar a nova fronteira agrícola pagaram por suas terras e viveram grandes dificuldades até que ali se consolidassem. No entanto, como é recorrente na história fundiária brasileira, a do Matopiba também

é marcada pela violência e grilagem, expedientes que desempenharam papel fundamental para que elites políticas e econômicas pudessem consolidar seu poder na região.

A partir da Figura XYZ é possível perceber um alto índice de conflitos nos estados que compõem o Matopiba. É possível ver um aumento significativo do número de conflitos principalmente nos anos próximos a 2015 quando há a institucionalização do Matopiba.

Figura 5. Conflitos nos estados do Matopiba entre 2011 e 2020

Estados	Descrição /anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BA	Conflitos	120	138	98	103	128	164	175	182	245	165
	Pessoas envolvidas	12.331	51.202	26.880	88.622	77.770	103.963	118.334	156.027	90.735	78.294
MA	Conflitos	251	184	175	142	135	196	208	201	187	203
	Pessoas envolvidas	64.394	53.468	39.001	49.276	45.108	100.219	92.117	80.803	69.504	20.864
PI	Conflitos	34	31	29	13	31	40	24	36	33	21
	Pessoas envolvidas	7.020	9.831	10.986	905	4.405	7.317	3.344	5.759	1741	1.799
TO	Conflitos	57	39	45	58	34	105	59	43	50	59
	Pessoas envolvidas	9.801	11.401	21.401	18746	5.878	24.973	12.746	7.890	10.620	17.261

Fonte: Freitas (2022, p. 51)

Os conflitos violentos envolvendo disputa por terras são uma constante na região. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), só o estado de Tocantins – que serve como bom exemplo aqui uma vez que todo o seu território está contido no Matopiba - registrou 504 casos de pistolagem, 101 ameaças de

expulsão, 113 casas destruídas, 15 ameaças de morte contra posseiros e 1 homicídio decorrente de conflitos por terra no ano de 2022 (CPT, 2023).

Esse foi um pequeno esforço de tentar elencar algumas características mais pertinentes sobre a região abordada pelo presente trabalho:

É assim que se constituiu o Matopiba, acumulando conflitos e contradições. Em um período de duas a três décadas, uma região de baixo dinamismo econômico constituiu-se em fronteira cobiçada, responsável por aproximadamente 10% da produção nacional de grãos. Ali estão dez dos cem maiores municípios produtores de soja do país e algumas das cidades que mais crescem em tamanho de população. Está ali, também, uma das maiores frentes de destruição de vegetação nativa dos cerrados e situações flagrantes de pobreza e violência (FAVARETO, 2019, p. 75).

O desenvolvimento da agricultura industrial no Cerrado foi impulsionado por investimentos nacionais e estrangeiros, com apoio significativo de recursos públicos, e foi promovido como um exemplo de sucesso na modernização agrícola. O Estado brasileiro incentivou o desenvolvimento do Matopiba como uma potência global do agronegócio, especialmente durante um boom internacional de *commodities*.

2.3. Terra fértil para o agronegócio

Coca, Soyer e Barbosa Jr. (2023) lembram que, desde a década de 1960, além de promover a expansão de sua fronteira agrícola, o Brasil também reforçou suas leis ambientais. Entre 1974 e 1984, período conhecido como a “década da destruição” devido ao aumento das plantações de soja e da pecuária, o país conseguiu criar várias áreas de proteção ambiental importantes, especialmente na Amazônia. Enquanto essas áreas eram cada vez mais monitoradas, o Cerrado foi designado como uma “zona de sacrifício” para a expansão agrícola.

Isso ocorreu principalmente devido à sua vasta extensão e condições favoráveis para o uso de tecnologias modernas em monoculturas. A maioria das áreas protegidas no Cerrado foi estabelecida apenas na década de 1990, pois

essa região era há muito tempo um alvo de investimentos, aquisição de terras e grilagem, refletindo as características do extrativismo agrário.

Dessa forma desde a década de 1970, o bioma Cerrado se transformou em um ponto focal da agricultura capitalista no Brasil. A Embrapa teve um papel crucial na introdução de fertilizantes químicos e novas variedades de sementes adaptadas ao clima tropical, especialmente na região Centro-Oeste principalmente sua área de Cerrado. A história oficial do desenvolvimento científico da agricultura no Cerrado raramente menciona as preocupações com os impactos ambientais e sociais da produção de *commodities* em larga escala. Além disso, esse desenvolvimento é frequentemente retratado como uma narrativa épica que destaca o poder heroico da ciência e da tecnologia na expansão agrícola do Cerrado (Coca, Soyer e Barbosa Jr., 2023).

Sauer, Cabral e Shankland (2023) vão na mesma linha e contam que a agricultura em grande escala no Cerrado teve início na década de 1970, quando essa região, que já abrigava milhares de comunidades indígenas e tradicionais, era vista como “vazia” e improdutiva. A “modernização” da área, através da implementação do pacote da Revolução Verde, desempenhou um papel crucial na agenda econômica e política do regime militar que governava o Brasil na época.

A narrativa do "milagre do Cerrado" enaltece a transformação desta região em uma área de agricultura moderna, ressaltando o papel crucial da ciência e tecnologia. Essas inovações permitiram que grandes agricultores alcançassem altos rendimentos e se tornassem competitivos nos mercados globais, posicionando o Brasil como um líder mundial em diversas *commodities* agroalimentares. A tropicalização da soja, antes uma cultura de clima temperado, tornou-se um símbolo da conquista científica no Cerrado, promovida pelo Estado. A Embrapa, criada para liderar o projeto de modernização agrícola, para os autores é também amplamente vista como a protagonista dessa Revolução Verde brasileira. A transformação do Cerrado foi sustentada por investimentos massivos em infraestrutura e subsídios significativos voltados para a agricultura intensiva em larga escala, embora o papel do apoio estatal seja frequentemente minimizado em narrativas que enfatizam a ciência e o

empreendedorismo. Ao fim desse processo ficam a apropriação de terras e da natureza que na região são vivenciadas de maneira particularmente violenta (Cabral, Sauer e Shankland, 2023).

Boechat *et al* (2023) analisam que a vasta expansão da produção no Cerrado, especialmente em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso a partir da década de 1970, forçou os agricultores de soja e pecuaristas menos produtivos a vender suas propriedades e buscar terras mais baratas ainda não ocupadas pela agroindústria. Esse movimento estimulou a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e para o Cerrado da região Nordeste, incluindo o Matopiba. Ao mesmo tempo, grandes produtores começaram a se deslocar para essas novas áreas, impulsionados pelas mesmas políticas governamentais, o que fez com que o valor das terras inicialmente baratas aumentasse com o tempo.

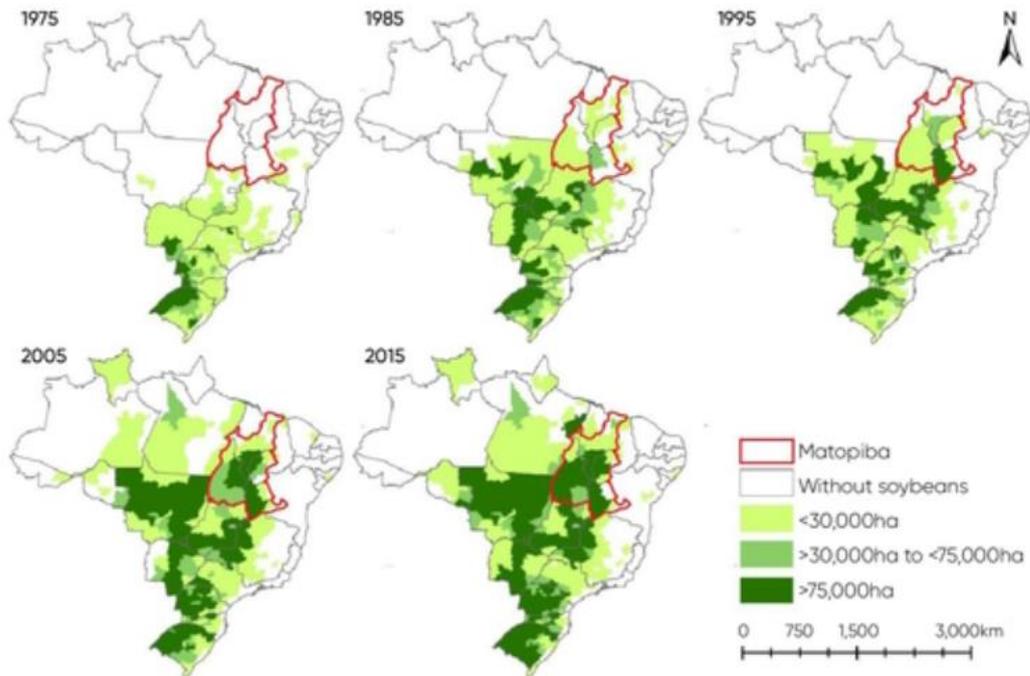
As típicas chapadas, áreas elevadas e planas, foram as primeiras a serem ocupadas. Nesses locais, a produção agrícola se beneficiava de uma precipitação adequada e estavam situadas nas nascentes dos rios do Cerrado. Além disso, as chapadas eram propícias para a mecanização (plantio, cuidados com as culturas e colheita) devido à sua topografia plana e, em alguns casos, permitiam irrigação com pivôs centrais. Como essas terras eram compartilhadas por camponeses e pecuaristas, mas raramente habitadas permanentemente, surgiu a ideia de que estavam desocupadas.

Entretanto, as chapadas tinham uma importância vital para a vida social local, pois eram usadas para coleta de frutas e ervas, além de caça e manejo do gado em certas épocas do ano, de acordo com o clima e as estações. A ocupação dessas terras para cultivo de soja e milho frequentemente ocorreu de forma ilegal, baseada em falsificação de documentos, tornando inviável a utilização dessas áreas pelos camponeses e resultando na expropriação das terras. Muitas comunidades desapareceram, e seus membros migraram para as periferias urbanas em busca de trabalho, frequentemente se estabelecendo em favelas dos grandes centros urbanos (Boechat *et al*, 2023).

A chegada e estabelecimento da soja no Matopiba foi avassaladora, em poucas décadas a região já pode se equiparar em produção e presença de

monoculturas com regiões de exploração muito mais antiga. A figura 5 mostra bem isso.

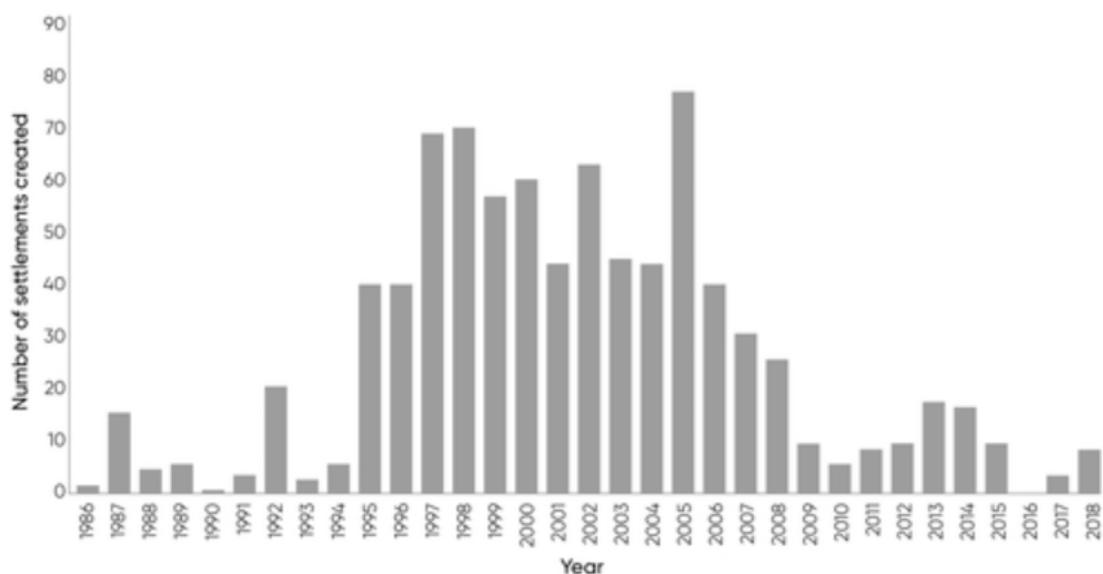
Figura 6. Áreas com soja plantada no Brasil



Fonte: Boechat et al (2023, p. 21)

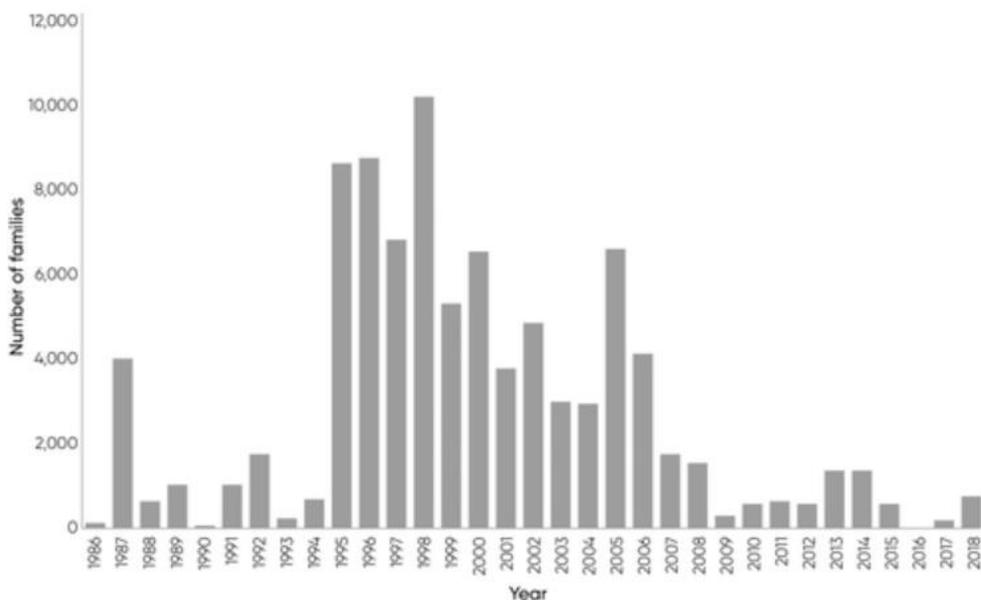
O processo de exclusão do acesso à terra por parte dos mais pobres fica claro no número de assentados, como evidenciam os gráficos (Figura 6 e 7).

Figura 7. Número de assentamentos criados



Fonte: Coca, Soyer e Barbosa Jr. (2023)

Figura 8. Número de famílias assentadas



Fonte: Coca, Soyer e Barbosa Jr. (2023)

Em resumo ao que foi discutido no capítulo, a transformação do Cerrado em uma região agrícola produtiva começou na década de 1960, com a Revolução Verde. O agronegócio se expandiu rapidamente, tornando o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo. Após 2010, o Matopiba atraiu novos

investimentos devido à baixa fiscalização ambiental e à percepção de terras “improdutivas” e “disponíveis”, resultando em grilagem de terras. A localização estratégica próxima a portos importantes também contribuiu para essa atração.

A agricultura em grande escala no Cerrado começou na década de 1970, com a implementação do pacote da Revolução Verde, promovendo a modernização da área. A narrativa do “milagre do Cerrado” destaca a transformação da região em uma área de agricultura moderna, impulsionada pela ciência e tecnologia, com apoio significativo do Estado.

A vasta expansão da produção no Cerrado forçou agricultores menos produtivos a vender suas propriedades e buscar terras mais baratas, estimulando a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia e o Cerrado da região Nordeste, incluindo o Matopiba. Grandes produtores também se deslocaram para essas novas áreas, aumentando o valor das terras e ressaltando o papel central da terra no extrativismo agrário.

CAPÍTULO 3.

Extrativismo agrário e controle da terra

No sentido de discutir diversas formas como a terra é usada pelas estruturas de poder como meio de formação de riqueza, diversos fenômenos podem ser elencados, todos eles de certa forma relacionados a questão agrária, a qual Sauer (2016) chama de “a questão do século XXI”. Essa relevância se justifica por uma conjuntura de crises e diversos fatores que desencadearam grandes transformações na maneira como a terra é encarada atualmente.

Essas transformações em questão são situadas a partir de mudanças no uso da terra dentro de um contexto geopolítico global, como por exemplo o advento da formação dos BRICS e o crescimento da China e seu apetite por investimentos em países como o Brasil. Quem também cumpre papel de grande importância no contexto dessas transformações são as diversas crises encaradas pela humanidade neste começo de século XXI, crise ambiental, climática, energética, alimentar e financeira, esta última, sobretudo, a partir de 2008 (Sauer, 2016).

O argumento central do trabalho de Sauer (2016), é que a terra mantém um *status* de vital importância na agenda política global. Entender suas disputas, suas dimensões e formas cada vez mais inovadoras de exploração, é condição fundamental para entender a sociedade hodierna e, por que não, a maneira como o atual sistema econômico se mantém de pé e produz e concentra sua riqueza.

Sem tirar a relevância das crises já citadas aqui, a crise financeira se apresenta com destaque especial dentro de um contexto em que se parece viver cada vez mais um aprofundamento das contradições do modelo neoliberal. Tal destaque foi severamente ressaltado pela crise financeira de 2008, que teve seu início nos Estados Unidos, mas reverberou em toda a economia global. A chamada financeirização, fenômeno pelo qual a produção dá cada vez mais lugar para a especulação dentro da exploração do capital, mostrou a sua faceta

mais nociva para a economia mundial e, entre muitas de suas consequências, virou parte de sua atenção para o campo.

3.1. Financeirização no campo e seu papel no controle da terra

O meio rural apresenta diversas características desejadas naquele momento pela financeirização. Até o início do século XXI, o setor financeiro considerava, em geral, terra como um investimento atrasado e nada dinâmico, portanto, muito diferente do que o mercado buscava. Ainda que o setor sempre tenha estado presente nessa área, a ideia era de que se tratava de um investimento pouco atraente em comparação aos mais populares no mercado, com retornos maiores e mais rápidos a serem obtidos. Não só a crise imobiliária estadunidense de 2008, mas também o aumento vertiginoso do valor das *commodities* impulsionado pelo crescimento acelerado chinês na primeira década do século, fizeram parte dos olhares do mercado financeiro se voltarem para o campo, principalmente em busca de alternativas mais seguras de colocar seu dinheiro (Fairbairn, 2014).

O meio rural passa então a atrair alguns perfis de investidores. Segundo Fairbairn (2014) tratam-se, entre outros, de investimentos de indivíduos de alto patrimônio líquido, bem como de investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos de hedge, doações universitárias, fundações privadas, companhias de seguros de vida e fundos soberanos. A lógica desses investimentos geralmente se dá com esses investidores adquirindo terras agrícolas através de uma empresa que gere ou uma que operacionaliza ativos. Essas empresas se proliferaram e passaram a oferecer um extenso leque de opções de investimentos voltados para a aquisição de terras agrícolas.

Ainda seguindo a discussão, Fairbairn (2014) busca ser um pouco mais precisa em relação ao que é o fenômeno da financeirização e especificamente o que ele significa dentro do mundo agrícola. Para ela, financeirização é a tendência cada vez maior de o lucro dentro do capitalismo vir por meio de canais financeiros em detrimento da atividade produtiva. Em relação às terras agrícolas, pode haver uma dificuldade de análise uma vez que não seria tão fácil distinguir quando a fonte de lucro é produtiva e quando é meramente financeira. Isso se

dá, pois a terra desempenha dois papéis econômicos distintos: fator essencial de produção e reserva de valor. O primeiro caso é demonstrado através das diversas atividades econômicas que podem ser desenvolvidas na terra, desde agricultura, passando pela pecuária até mesmo mineração. Como reserva de valor, cria riqueza na medida de sua valorização passiva. Na muito competente analogia de Fairbairn (2014), para o mercado financeiro, a terra é como “ouro com rendimento”. Valoriza-se somente pela sua existência como ativo e ainda pode produzir lucro através da produção.

Esse aspecto da terra traz uma faceta que talvez não seja tão óbvia logo de cara. Ainda que, como se espera da financeirização, os ganhos de capital, o retorno financeiro ou o famoso “comprar na alta e vender na baixa” sejam a prioridade, isso não é o suficiente para se abandonar o uso produtivo da terra. Isso pode e, como demonstra Fairbairn (2014), é visto por diversos autores como uma resposta ao problema de superacumulação capitalista, sobretudo neoliberal. Nessa lógica, o capitalismo muda sua ênfase da produção para a especulação de maneira cíclica a fim de ganhar tempo.

Essa lógica de financeirização no campo contraria, como Sauer (2016) argumenta, narrativas de que a terra perdeu relevância como fator de produção. Narrativas essas que defendem que o modelo atual é melhor por supostamente ser mais eficiente, mais produtivo e tecnológico. Na realidade a demanda global por terras se intensificou e incorporou diversos atores e mecanismos de apropriação, exploração e expropriação, acentuando e criando novos conflitos e disputas por terra.

Em resumo, o panorama que se tem até aqui é de que uma convergência de crises e interesses levou a uma nova e crítica visão de diversos setores em relação a terra. Atores econômicos transnacionais e governos iniciaram uma “caçada” por terras que poderiam ser negociadas, ainda que não estivessem vazias. Frequentemente essa busca se deu em países distantes que podem servir como locais para produção de combustível e comida ou produção de futuros picos de preços. Isso ocorre mundialmente, mas há uma clara dinâmica Norte Sul que ecoa as apropriações de terras que sustentam tanto o colonialismo quanto o imperialismo (Borras *et al*, 2011).

3.2. Controle, exclusão, alienação desapropriação e expropriação

Tão importante quanto entender para que as estruturas de poder visam colocar a mão nessas terras, é entender como elas fazem isso. É justamente o debate sobre o controle que, para Peluso e Lund (2011), tem revigorado os estudos agrários e a história econômica. Nessa seara aparecem temas como 'exclusão', 'alienação', 'expropriação', 'desapropriação' e 'violência', descrevendo os mais variados processos relativos à disputa por terra, recursos, direitos de propriedade, formação de territórios, acumulação, cercamento, apropriação e racialização. Todos eles convergindo e em diversos momentos se aliando dentro de mecanismos de controle da terra. Ainda para Peluso e Lund (2011), nos ambientes agrários houve um processo de desagrarização com o estabelecimento de áreas protegidas, crescimento das cidades, processos migratórios, reformas agrárias, reassentamento e recampesinização. A questão agrária fora diversas vezes reformulada, produzindo novos debates sobre o controle da terra.

O controle sobre a terra então, bem como sua exploração e alienação ao longo de toda a história desempenharam papéis primordiais tanto nas formas primitivas como contínuas de acumulação do capital. Nesses processos sempre derivaram novas fronteiras, novos territórios e uma gama extensa de conflitos étnicos, raciais, nacionais e institucionais nos mais variados níveis e formas (Peluso e Lund, 2011).

Para Peluso e Lund (2011), controle de terra é entendido como práticas que fixam ou consolidam formas de acesso, reivindicação e exclusão a uma determinada parcela de terra por um determinado espaço de tempo. Nesse sentido, entram processos como os de cercamento, territorialização e legalização, bem como práticas que fazem uso da força, da violência e da ameaça com o mesmo intuito de restringir o acesso e manter o controle sobre a terra. Esses mecanismos não necessariamente vão trabalhar juntos, ou de maneira sistematicamente definida ou linearmente. Podem ser exercidos em conjunto, paralelamente ou mesmo competindo um com o outro (Peluso e Lund, 2011).

Retornamos aqui a discussão já iniciada. Os processos de transformação pelos quais vem passando o meio agrário, a junção de diversas crises, as novas formas de exploração que aqui têm como destaque a financeirização, demandam continuamente novas formas de controle. Essas novas fronteiras que passam a ser desenhadas, estão sendo criadas a todo momento, através de lutas entre os diversos atores, dinâmicas, processo, fenômenos e contextos. Para Peluso e Lund (2011), essas novas fronteiras não se dão em uma lógica de locais contra locais, onde desenvolvimento e progresso entram em rota de colisão com os “selvagens povos tradicionais” e suas terras. Na realidade se trata de um embate entre autoridades, soberanias, hegemonias e elites de outrora e as novas elites do hoje os desafiando com cercamentos, territorialização e regimes jurídicos favorecidos pelas novas lógicas de exploração e controle. Em muitos casos são os perpetradores do passado se vendo ameaçados por uma nova lógica do capital que eles não conseguiram abraçar. Organizações muitas vezes sem personalidade definida, transnacionais e que buscam novas formas de lucro e desafiam o status quo, mas que nada têm de revolucionários.

O que se vê é que os proprietários de terra de hoje estão cada vez mais encarnados na figura de grandes atores corporativos ou estatais, e não mais nas velhas elites locais que datam desde os tempos da colônia. Cada vez mais o dono da terra é desconhecido pessoalmente por aqueles que fazem uso dela. No entanto o poder deles parece ser ainda maior. Tratam-se, em grande parte, por exemplo, de fundo internacionais e transnacionais de capitais de risco. Estruturas corporativas que se apresentam com labirintos institucionais e financeiros super complexos e obscuros que escondem seus reais interesses e ações, deixando os mais vulneráveis muitas vezes sem sequer saber contra quem se voltar.

Segundo Peluso e Lund (2011), os principais responsáveis por essas novas formas de controle da terra são, a globalização da economia, novos padrões de investimento, novas dinâmicas de trabalho, capital e ideias. Também há o papel da história e geografias locais, bem como suas características ambientais. A conjuntura de novas formas de territorialização, direitos de propriedade, comoditização da terra e de recursos também foram fundamentais

para propiciar novas formas de cercamentos e controles. Por sua vez, esses cercamentos e controles possibilitam a criação de novos sujeitos, com novas identidades e espaços para a contestação dessa realidade agora posta. As formas de controle mudam, mas ao mesmo tempo muda o repertório de ações de luta contra o poder hegemônico.

Isso, no entanto, não elimina as antigas formas de contestação, que podem muito bem se combinar com as novas. Até porque as semelhanças das maneiras de controle sobre a terra de hoje ou de ontem sempre existiram. Semelhanças calcadas na desigualdade estrutural do sistema capitalista. No entanto o desafio é dar a resposta na velocidade da agressão, que é cada vez mais bem estruturada e poderosa. Haja vista que a sofisticação dos novos mecanismos de controle não tornou todo o processo de apropriação, exclusão e controle menos violentos. Muito pelo contrário.

Como mecanismo de controle mais famoso atualmente tem-se o *Land Grabbing*. Ainda que segundo Sauer e Borras (2016), trate-se de um fenômeno de apropriação de terras com aspectos novos, ele ainda precisa ser mais bem compreendido, tanto globalmente como em casos particulares, devido as grandes diferenças e nuances de país para país ou região para região. Mas, grosso modo, pode ser entendido como uma apropriação internacional de terras, principalmente exercida por esses atores financeiros internacionais e transnacionais, ainda que possa acontecer dentro de um mesmo país numa configuração do que já se conhece somente como “Grilagem”.

Outra ferramenta importante de controle é a apropriação ecológica, também conhecida como *Green Grabbing*. Aqui a apropriação de terras procura se ancorar em uma justificativa ambiental. A literatura sobre grilagem de terras não traz de hoje casos em que o “verde” foi usado para justificar a apropriação de terras para diversos fins como, produção mais eficiente de alimentos e combustíveis, melhoria da segurança alimentar, alívio da pressão sobre as florestas, entre outros. Em outros momentos a agenda ambiental aparece para grilar terra sob os auspícios da conservação ambiental, sequestro de carbono, biocombustíveis, serviços ecossistêmicos, ecoturismo e compensações (Fairhead, Leach, Scoones, 2012).

A Figura 8 exemplifica uma situação de *green grabbing*. A área onde se localiza o território conquistado na justiça pelas comunidades locais foi invadido pelo condomínio de fazendas Estrondo na região de Formosa do Rio Preto - Bahia. Os moradores que habitavam a região muito antes da chegada dos empreendimentos do agronegócio conseguiram na justiça o direito de posse da área, no entanto a região que é de relevo acidentado e de solo não tão propício para as monoculturas de soja e milho servirão e, portanto, de pouco interesse para o extrativismo agrário, a partir de acordo com o poder judiciário, servirão para cumprir com o requisito de reserva legal do condomínio de fazendas uma vez que se encontram alto estado de preservação. A esquerda a área que pertence às comunidades e a direita o início da área cultivada pelas fazendas do condomínio.

Figura 9. Território geraizeiro e área de plantio de soja



Fonte: Autoria própria – foto de 26/04/2024.

Na figura 9 o interior da comunidade geraizeira com relevo acidentado e cerrado preservado servindo como reserva legal do condomínio de fazendas Estrondo no município de Formosa do Rio Preto – Bahia.

Figura 10. Interior preservado da comunidade geraizeira da Aldeia



Fonte: Autoria própria – foto de 26/04/2024.

Na figura 10 uma placa informa sobre a presença naquele local de reserva legal. A área de cerrado preservado pertence às comunidades geraizeiras no entanto, é possível ver o marca da fazenda Horita, uma das fazendas que se situam no condomínio Estrondo. Esse exemplo deixa claro como o empreendimento se fez valer da grilagem perpetrada no passado para tirar proveito a fim de cumprir requisito da legislação ambiental.

Figura 11. Placa informando sobre área de reserva legal



Fonte: Autoria própria – foto de 26/04/2024.

Segundo Franco e Borrás (2019), muitas vezes a alienação da terra é total, mas em outros casos uma simples reestruturação de normas ou autorização de acesso, uso e gestão dos recursos, já são suficientes para se ver efeitos profundamente restritivos do uso daquela terra. Para Fairhead, Leach e Scoones (2012), o *Green Grabbing* não é de todo um processo novo, não obstante se baseia em uma lógica bastante conhecida de alienação de recursos em nome do meio ambiente que datam desde tempos coloniais. É o caso de constituição de parques e reservas florestais. O que é novo aqui está em como são definidas essas políticas de cerceamento do direito a terra. Agora provocadas por novas avaliações de mercado até o aspecto natural, guiados por uma confluência de novos atores, interesses e alianças. Como é o caso daqueles já citados como, fundos de pensões e mercado financeiro de risco e outros como provedores serviços sustentáveis, ecoturismo, militares, ativistas ecológicos e consumidores iludidos de que as boas ações do mercado trarão a paz ambiental.

Toda a questão de crise ambiental tem forçado novas formas de pensar diversos setores da vida. Não é diferente com a questão de uma nova economia

para a terra e outros meios de existência. Todos eles calcados na sustentabilidade e reparação dos ecossistemas. Na esteira e em paralelo a esses debates, surgiram ao longo dos anos novas formas de valorização da natureza, que não demoraram muito para serem cooptadas pelo sistema capitalista a fim de legitimar e incentivar novas formas de apropriação, exclusão e controle (Fairhead, Leach, Scoones, 2012).

Essas formas, novas e tradicionais de controle sobre a terra então diretamente ligadas com um novo fenômeno que vem sendo observado no meio rural, o extrativismo agrário. Para começar a entender o extrativismo é necessário recapitular a ideia de acumulação primitiva. Harvey (2003) enumera diversas maneiras de como se dá essa acumulação. Ele cita, mais notavelmente, a mercantilização e privatização da terra, suspensão de direitos dos camponeses, mercantilização da força de trabalho, processos coloniais, comércio de escravos, usura, monetização da troca e o sistema de crédito. Foi através de mecanismos como esses que nações colonizadoras constituíram a base do seu progresso econômico na gênese do capitalismo e nações colonizadas se configuraram a margem do sistema.

3.3. O extrativismo agrário como chave de leitura

É o caso do Brasil, cujo crescimento econômico para Domingues (2022) se observa como uma miríade de economias locais e regionais em movimentos cíclicos regionalizados e caracterizados pela apropriação territorial e por uma dinâmica de fronteira em movimento. Essa configuração se assenta na existência de uma pequena elite política e econômica que exerce forte controle sobre a propriedade fundiária, o que possibilitou que se desenvolvessem atividades itinerantes como agricultura e pecuária, extração mineral e madeireira e apropriação privada do território, dispondo de terras abundantes, força de trabalho, recursos naturais, infraestrutura estatal e subsídios públicos (Brandão, 2010). Para Sauer e Oliveira (2021), esse movimento constante de exploração, expansão e apropriação somado a atividades decorrentes caracterizam a fronteira extrativa agrária numa lógica muito semelhante à de acumulação primitiva capitalista.

Para Domingues (2022), a fronteira extrativa agrária no Brasil é marcada pela atuação em consórcio entre agroindústria mecanizada e setores da mineração e energia. Assim, o avanço dessa fronteira faz aumentar o desmatamento e a expropriação de terras por todo o país, portanto também no Matopiba.

Esse fenômeno do extrativismo agrário vem na esteira dos anteriormente citados fenômenos de financeirização da economia a partir do advento do neoliberalismo na segunda metade do século XX. Nessa lógica os bens naturais passam a serem negociados como mercadoria e adotam suas denominações: produtos primários, de baixo valor agregado, cujos preços são regulados pelas forças de mercado. Enquanto isso, os conflitos sociais decorrentes desses processos são tratados como riscos inerentes do negócio a serem minimizados o tanto quanto se puder (Domingues, 2022).

Essa lógica neoliberal trouxe a países como o Brasil um crescimento significativo de investimentos estrangeiros no setor agrário acelerando o processo de financeirização do campo (Andrade, 2022). Para Harvey (2003), esse processo claramente significa um retorno da acumulação primitiva muito semelhante à dos tempos coloniais. Isso se evidencia em uma produção fortemente voltada para exportação de bens primários, expropriação de terras das populações locais, até mesmo uso de mão de obra análoga à escravidão, desmatamento para dar lugar ao monocultivo e exaustão dos recursos naturais.

Para Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023), a abertura das mais novas fronteiras de acumulação de capital no setor agrícola são resultantes de descobertas ou invenções de novos recursos e valores como biocombustíveis e organismos geneticamente modificados. Essa expansão da fronteira agro-extrativista para servir os mercados de exportação, principalmente para culturas flexíveis, ampliou os limites conceituais do que historicamente tem sido considerado extrativismo.

Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023) argumentam que desde a última virada de século, sociólogos e economistas, sobretudo da América Latina, passaram a equiparar o modo de produção agrícola dominante na região a uma atividade extrativa não muito diferente daquilo que pensamos ao refletir sobre

extrativismo: mineração e hidrocarbonetos. Para eles o que a agricultura empresarial tem feito é reconfigurar a agricultura num sistema essencialmente extrativo não muito diferente da mineração, já que os recursos são extraídos do solo sem qualquer recompensa.

O que acontece é que esse tipo de agricultura resulta no esgotamento de bens comuns como, água, terras férteis e biodiversidades que são degradados pelo extrativismo. Uma produção voltada basicamente para exportação, comprometendo a economia e segurança alimentar local e degastando profundamente sua própria base material e ecológica (Veltmeyer e Ezquerro-Cañete, 2023).

A expressão “extrativismo agrícola” é usada por Gudynas (2010) para falar sobre monocultura, uso de transgênicos, químicos e comoditização. Nesse sentido, extrativismo é aquela atividade agrícola com alto volume de extração, pouco processada e destinada à exportação.

Petras e Veltmeyer (2014) usam agroextrativismo dentro de suas discussões acerca da questão agrária no século XXI, onde argumentam que a China e outros investidores transnacionais passaram a procurar terras para suprir suas necessidades referentes à segurança alimentar e energética, e grandes multinacionais visam extrair lucro no mercado de biocombustíveis.

Para argumentar que o agroextrativismo ajuda a consolidar um modelo de monocultura, destruição de biodiversidade, reconfiguração destrutiva de territórios e concentração de terras, Svampa (2012) inclui o agronegócio à definição.

Alonso-Fradeja (2021) busca interrelacionar agroextrativismo e crise ecológica e social. Segundo ele, os biocombustíveis e o plantio de árvores são falsamente vendidos como soluções de desenvolvimento sustentável quando na realidade não passam de mais uma forma predatória de extrativismo que invariavelmente tende à destruição da natureza.

Ezquerro-Cañete (2020) adiciona a dimensão dos direitos humanos, mas especificamente suas violações a partir de métodos violentos de desapropriação. O autor chama a atenção para o impacto negativo do extrativismo para a

produção nacional de alimentos e soberania. Também discute como os atores mais poderosos do extrativismo agrário possuem uma influência desproporcional sobre a política institucional.

Essas e outras passagens ajudam a se ter um panorama do que de fato pode ser definido como extrativismo agrário. Mas é preciso se tomar cuidado para a sobreposição de conceitos. McKay (2017) argumenta que extrativismo agrário não é o mesmo que agricultura industrial capitalista, tampouco é apenas produção de soja. O extrativismo agrário seria uma tentativa de caracterizar as próprias dimensões extrativas de certos tipos de agricultura capitalista que se desenvolvem ao redor do mundo.

O extrativismo agrário não resulta somente em um problema socioambiental, mas também econômico. Como ressalta Akram-Lodhi (2021), essa agricultura extrativa capitalista não desenvolve as forças produtivas, não industrializa o campo e pouco gera emprego. O que caracteriza esse modo de fazer agricultura é a monocultura controlada por poucas empresas multinacionais e, por consequência, alta concentração de renda.

Veltmeyer e Ezquerro-Cañete (2023), chamam a atenção para o fato de que governos do mundo todo, em geral, pouco fizeram para implantar medidas de regulação e monitoramento ambiental para o agronegócio. Dessa forma os avanços recentes do capital extrativo sobre o campo têm se caracterizado pelos fortes impactos no meio ambiente e violência contra povos originários que se vêm desapropriados de suas terras e vítimas do uso de químicos nas novas plantações.

Ainda que extrativismo agrário não seja um conceito fechado McKay, Alonso-Fradejas e Ezquerro-Cañete (2021) buscam trazer sete particularidades comuns aos fenômenos que podem ser descritos como extrativismo agrário, seriam eles: comoditização; fluxos de capitais; dinâmica laboral; acesso a recursos e dinâmica patrimonial; fluxos de conhecimento; fluxos de energia e materiais da natureza não humana; e reestruturação territorial e efeitos de desenvolvimento.

3.4. Extrativismo agrário e sua relação com a terra no Matopiba

O extrativismo tem uma longa história no Brasil e é uma prática amplamente conhecida em toda a América Latina. Desde a colonização do continente, a exploração de recursos naturais no Brasil tem sido conduzida em grande escala para abastecer o mercado de exportação. Esse processo é crucial para a ocupação e exploração contínuas da América Latina e se renova constantemente. A situação foi ainda mais exacerbada pelo “boom das commodities” na década de 2000, mas, na época, a forte presença estatal e a redistribuição de recursos por meio de programas socioeconômicos ofereceram uma nova perspectiva para essa forma de produção.

Para Cabral, Sauer e Shankland (2023), essa prática contínua de apropriação de recursos naturais e extração de valor socioeconômico é mais bem descrita como extrativismo agrário do que como agricultura industrial. O conceito de extrativismo agrário envolve a exploração explícita da terra para a produção de bens agrícolas destinados à exportação, trazendo poucos ou nenhum benefício para as comunidades ou economias locais. No Brasil, desde meados do século XX, esse processo tem sido apoiado e profundamente influenciado pelo setor do agronegócio. Esse setor consolidou seu poder ao combinar investimentos modernos de capital com forças agrárias conservadoras, especialmente o poder político dos latifúndios e da “grilagem”. Além disso, o agronegócio tem utilizado a conformidade e cumplicidade do Estado para se apropriar de terras públicas e comunais, bem como de recursos naturais.

A história do início do Matopiba como a mais nova fronteira agrícola do Brasil se encaixa muito bem nessa descrição. A região foi vista como um “vazio populacional” com grandes áreas propícias à agricultura mecanizada, o que reforçou a ideia de que o Cerrado seria o ambiente ideal para a expansão agrícola, especialmente para o cultivo de soja. Desde então, as consequências se tornaram evidentes: o Brasil se tornou o segundo maior exportador de soja do mundo, enquanto o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do país, com cerca de 50% de sua vegetação nativa já desmatada (Sauer e Oliveira, 2021).

Processos citados anteriormente que fazem parte do ecossistema do extrativismo agrário são fortemente observados no Matopiba. Um dos mais

notáveis é a financeirização, mais recentemente na figura dos fiagros. Possibilidades de investimentos em empreendimentos do agronegócio que são oferecidos na bolsa de valores.

Entre os “Fiagros de terras”, encontram-se três administrados pela corretora de investimentos XP Investimentos, totalizando 35 mil hectares na região do Matopiba. Esses terrenos estão arrendados para a SLC Agrícola, que os utiliza principalmente para a produção de soja, além de milho, algodão e braquiária. A SLC Agrícola, sendo a maior produtora de soja do Brasil, também é responsável pelo desmatamento de pelo menos 30 mil hectares de vegetação nativa no Cerrado. Dentre essas propriedades, duas estão localizadas em Correntina, na Bahia, uma área que tem sido o epicentro dos conflitos mais graves por água no país, cada vez mais dominada por corporações e projetos de irrigação (Outras Palavras, 2024).

Na vida prática do Matopiba os fiagros atuam da seguinte maneira, embora a rentabilidade das cotas possa ser rapidamente afetada pela expectativa de inadimplência nas dívidas, a violência extraeconômica não sofre o mesmo impacto imediato. Mesmo em épocas de “finanças verdes”, o mercado de capitais e os investidores frequentemente buscam maximizar seus lucros, o que muitas vezes resulta em negócios envolvendo terras griladas, desmatamento, extração ilegal de água ou trabalho escravo. Os lucros vultuosos que podem vir de tais investimentos possibilita ignorar totalmente as consequências típicas do extrativismo agrário.

Aqui vê-se parte do papel da terra que se converte no principal objeto de desejo dessas aplicações, já que funciona como ativo financeiro e é o palco de onde se extrai os artigos primário que tanto interessam ser exportados e convertidos em riqueza.

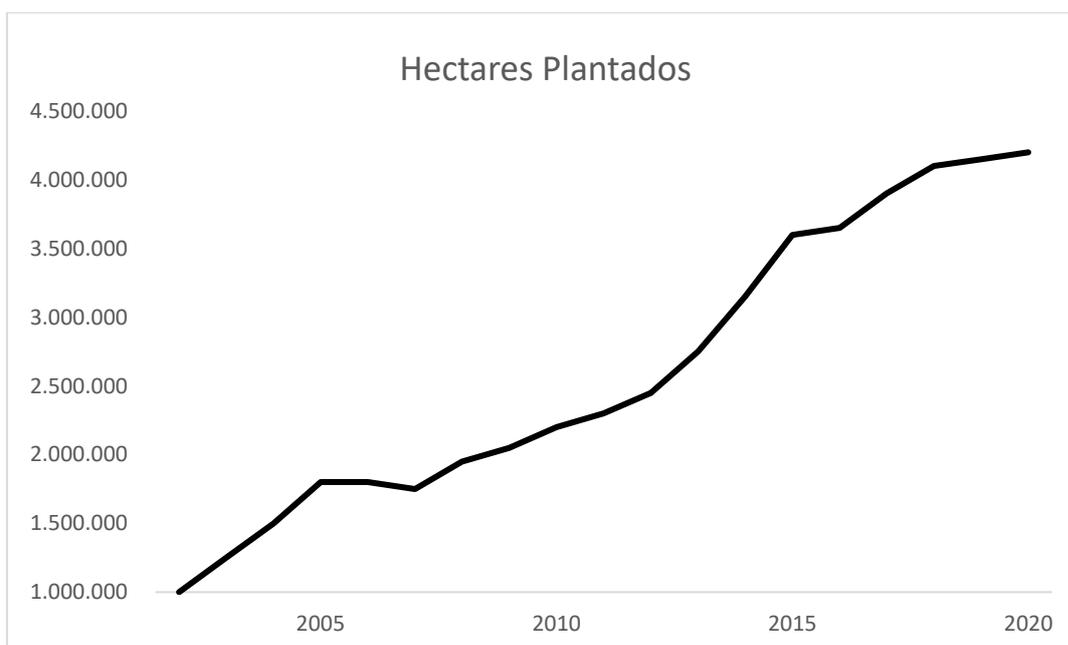
Outra faceta que a terra apresenta nesse cenário é a de reserva de valor. A redução na rentabilidade dos produtores devido à queda nos preços das commodities e ao aumento dos custos de produção pode criar uma oportunidade para a oferta de grandes áreas de terras a preços descontados no mercado. Esse cenário pode resultar em um novo ciclo de concentração de terras nas mãos dos Fiagros e de investidores ricos, à medida que propriedades são

transferidas de produtores endividados ou com falta de capital para mantê-las para esses grandes investidores.

Sob o disfarce da “democratização” das finanças e da propriedade, a financeirização das terras tende a produzir exatamente o oposto: uma maior concentração de capital e terras nas mãos de elites financeiras. A terra muda a sua finalidade principal e é apropriada por uma pequena elite poderosa, mas sem nome que vê nela uma boa oportunidade de ganhos financeiros.

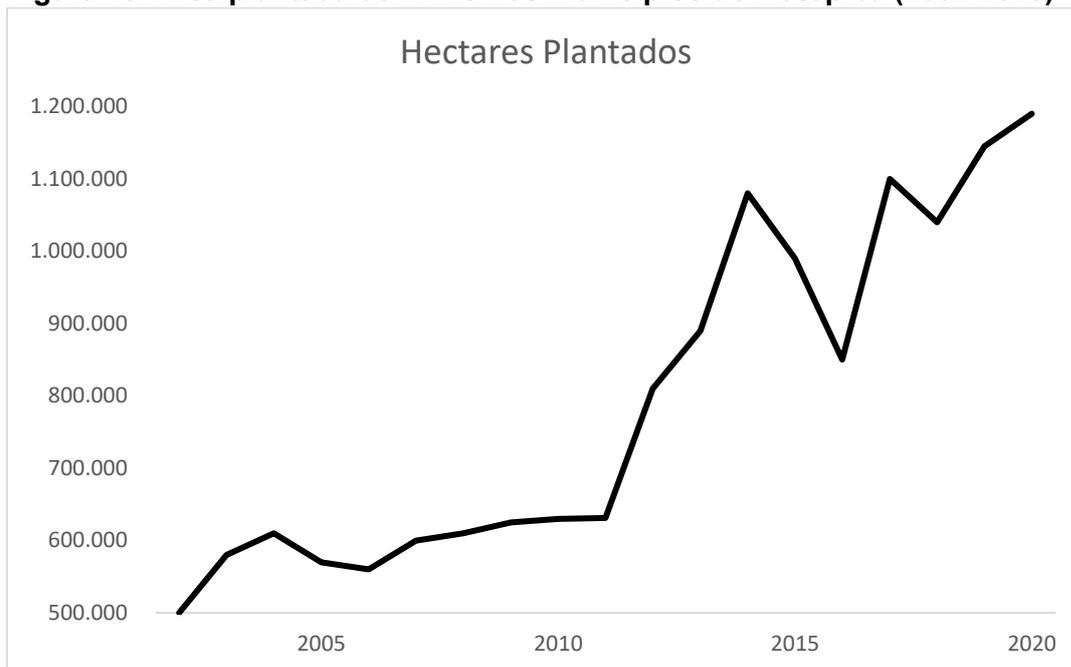
Ainda assim, a utilização da terra para a produção ainda é bastante relevante. As áreas de cultivo das principais monoculturas extraídas da região cresceram significativamente nas últimas décadas, como mostram as Figuras 11 e 12.

Figura 12. Área plantada de soja nos municípios do Matopiba (2002-2020)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2024. Elaboração própria.

Figura 13. Área plantada de milho nos municípios do Matopiba (2002-2020)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2024. Elaboração própria.

Desde a sua exploração como mais recente fronteira agrícola do Brasil, o Matopiba passou a ter um papel importante na voluptuosidade do agronegócio do país. Alguns de seus municípios estão entre os maiores produtores do país, superando regiões muito mais tradicionais no cultivo de soja por exemplo.

Tabela 2. Municípios por valor de produção de soja com destaque para os municípios de Matopiba

Posição nacional	Município	mil R\$
1	Sorriso (MT)	11.479.187
2	Campo Novo do Parecis (MT)	8.155.043
3	Sapezal (MT)	8.018.870
4	Rio Verde (GO)	7.997.902
5	São Desidério (BA)	7.625.727
6	Nova Ubiratã (MT)	6.831.008
7	Nova Mutum (MT)	6.334.896
8	Jataí (GO)	6.297.215
9	Formosa do Rio Preto (BA)	6.166.242
10	Diamantino (MT)	5.831.472
25	Barreiras (BA)	3.416.596
29	Correntina (BA)	3.049.688
33	Baixa Grande do Ribeiro (PI)	2.962.196
35	Balsas (MA)	2.860.487
38	Luis Eduardo Magalhães (BA)	2.647.894
41	Riachão das Neves (BA)	2.539.285
44	Tasso Fragoso (MA)	2.502.811
49	Uruçuí (PI)	2.335.738

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração própria.

É notável também como as principais culturas exploradas pelo extrativismo agrário vão se expandindo na região em detrimento daquelas típicas desse território. Lugares que outrora eram marcados pela produção de mandioca e feijão, vão dando lugares a plantações a perder de vista de apenas soja, em outro momento só milho e em outro apenas um mar de algodão. A tabela a seguir evidencia a transformação desse cenário.

Tabela 3. Culturas de lavoura temporária em valor de produção no Matopiba

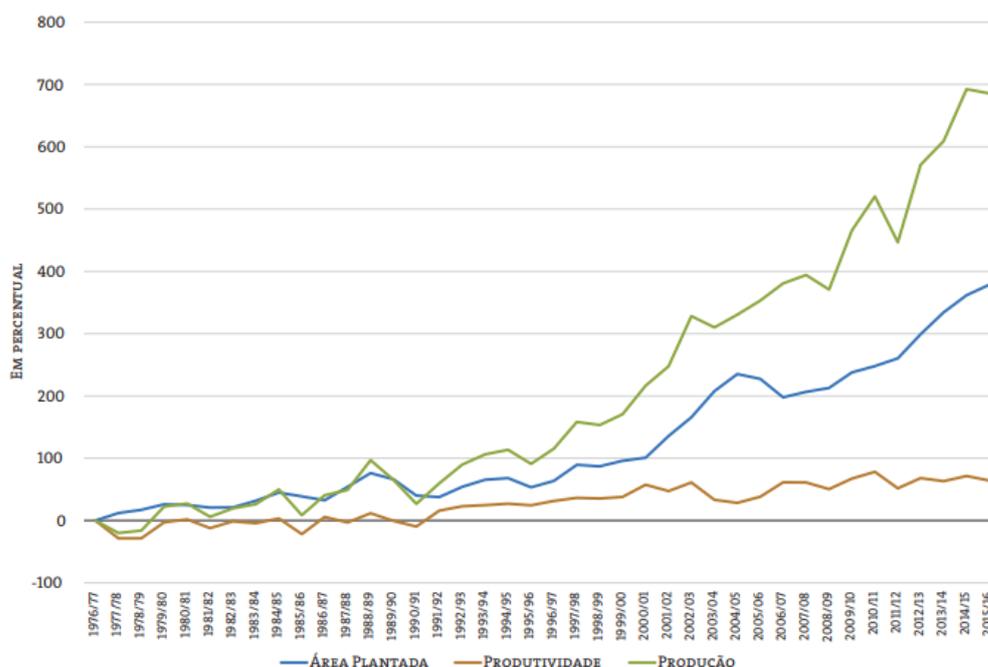
Culturas de lavoura temporária	2006		Culturas de lavoura temporária	2017	
	Valor da produção			Valor da produção	
	%	Acumulado (%)		%	Acumulado (%)
Soja em grão	51,44	51,44	Soja em grão	68,36	68,36
Arroz em casca	15,81	67,25	Milho em grão	15,91	84,27
Milho em grão	13,14	80,39	Arroz em casca	3,56	87,83
Algodão herbáceo	7,62	88,01	Algodão herbáceo	2,94	90,77
Mandioca	3,96	91,77	Cana-de-açúcar	2,89	93,66
Feijão-fradinho em grão	1,88	93,85	Mandioca	1,69	95,35
Feijão de cor em grão	1,44	95,29	Feijão-fradinho em grão	1,03	96,38
Feijão-verde	1,18	96,47	Demais culturas	3,62	100
Demais culturas	3,53	100			

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 2006 e 2017. Elaboração própria.

A constante necessidade por expansão do capitalismo torna, no campo e aqui, no Matopiba, a constante procura por novas terras a serem convertidas em

plantações de milho e soja. Essa necessidade de mais terra para crescer pode ser justificada pela produtividade que não cresce no mesmo ritmo da busca por aumentar os ganhos.

Figura 14. Evolução percentual da área, produtividade e produção de grãos - Brasil



Fonte: Conab.
Elaboração: Conab.

Esse lento aumento na produtividade e a natureza expansionista do extrativismo agrário expõe mais um aspecto da importância da terra na formação de riqueza e acentua as contradições desse modelo de produção. Sem mais terras a serem exploradas o extrativismo não avança e se não avança colapsa.

No entanto, a apropriação dos recursos naturais no Matopiba tem encontrado resistência significativa por parte das comunidades tradicionais que habitam a região há várias gerações. É o caso dos geraizeiros da região de Formosa do Rio Preto, Bahia, que foram visitados no âmbito dessa dissertação em pesquisa de campo exploratória pela região do Matopiba.

Figura 15. Entrada dos territórios tradicionais



Fonte: Autoria própria – foto de 26/04/2024.

Após uma luta de anos essas comunidades conseguiram com que a justiça reconhece e demarcassem a favor deles um território de mais de 80 mil hectares que fora grilado e fazia parte do condomínio de fazendas Estrondo. O caso em questão é emblemático por muitas razões. Nele é possível enxergar diversas maneiras como o extrativismo agrário se expressa.

Apesar de conviverem com a grilagem há décadas, em alguns casos desde antes do seu nascimento, muitos moradores das comunidades de Aldeia, Cacimbinha e Gatos apresentam grande dificuldade em saber quem são os nomes dos proprietários das fazendas que invadiram aquelas terras. Esse fato expõe essa característica desse novo extrativismo, a impessoalidade onde a titularidade dos empreendimentos na maior parte das vezes pertence a grandes conglomerados ou está diluído na mão de grandes acionistas ou mesmo está fora do país.

Alegações de casos explícitos de violência física e mental além de ameaças também são comuns. Não raro foi encontrar moradores que já foram ameaçados, provocados e alguns até mesmo alvejados com tiros arma de fogo.

Em outros casos até guaritas – que posteriormente foram destruídas pelos moradores – com agentes armados foram instaladas dentro do território geraizeiro.

Figura 16. Guaritas de vigilância



Fonte: Autoria própria – foto de 26/04/2024.

Ao longo do caminho percorrido pelo Matopiba entre os municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia é possível ver placas com menção a grandes grupos empresariais do agronegócio como Bunge e SLC Agrícola que reforça a ideia de Ye *et al* (2019) de centros operacionais que concentram as tomadas de decisões. Apesar de os proprietários das terras serem diversos, tudo se concentra em repassar a produção para as *traders* que faram o trabalho de exportar e negociar a produção nos mercados financeiros.

Os mais velhos ao lembrarem como se deu o processo de chegada desses grandes empreendimentos agrícolas à região contam histórias parecidas. Ao longo dos anos, de maneira não explicitamente violenta, pessoas desconhecidas vindas de outras regiões do país, foram aos poucos, sempre em conluio com autoridades e lideranças políticas locais, cercando os lotes e

apresentando documentos que muitos dos que ali moravam há gerações sequer sabiam que existiam.

Com relação aos impactos climáticos, os sujeitos locais que contribuíram para a pesquisa de campo, foram unânimes em afirmar já sentirem mudanças. A principal delas é no regime de chuvas. O volume de chuva diminuiu e a temporada de chuvas não acontece mais nos meses esperados.

No entanto, apesar de todas essas alegações, a maior parte dos moradores vêm de maneira positiva a chegada desses grandes empreendimentos a região. Muitos deles trabalham ou já trabalharam direta ou indiretamente nas grandes fazendas. Seus parentes são de alguma forma beneficiados, houve melhorias na infraestrutura, nas oportunidades de emprego e renda. Ainda que o que o extrativismo dá em troca, perto do que extrai da região, seja muito pouco, ainda é mais do que o Estado poderia prover. A sensação para os moradores é de que ruim com o grande agronegócio, pior seria sem ele.

Este capítulo esclarece como a terra é usada pelas estruturas de poder como meio de formação de riqueza, destacando a questão agrária como “a questão do século XXI”, como diz Sauer (2016). Essa relevância, mais recentemente, se deve a crises e transformações na maneira como a terra é encarada, influenciadas por fatores geopolíticos como a formação dos BRICS e o crescimento da China. Crises ambientais, climáticas, energéticas, alimentares e financeiras, especialmente a crise de 2008, também desempenham um papel crucial.

Assim a terra mantém um status vital na agenda política global. Entender suas disputas e formas de exploração é fundamental para compreender a sociedade atual e o sistema econômico. A crise financeira de 2008 destacou as contradições do modelo neoliberal e a financeirização, que prioriza a especulação sobre a produção, afetando significativamente o campo.

O caso do Matopiba faz parte diretamente desse contexto. A procura crescente por terras, a violência das expropriações e a concentração por parte dos conglomerados agroalimentares obedece a cartilha do extrativismo agrário

e nessa região evidencia como a terra assume papel central na formação de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cerrado e, particularmente, a sub-região do Matopiba, têm sido profundamente afetados pela desigualdade social e econômica. Isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que poucos municípios se beneficiam economicamente da produção de monoculturas, pois o controle sobre a terra, os recursos e a mais-valia é altamente concentrado. Como resultado, a maioria das cidades em Matopiba não experimentou crescimento econômico significativo nas últimas décadas. Quando sim, alguns poucos municípios centrais - como os casos de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, que concentram um crescimento no setor de serviços necessários ao desenvolvimento da atividade extrativa na região – conseguiram apresentar um crescimento, sem que necessariamente se possa falar em desenvolvimento. Em segundo lugar, o Matopiba é marcado por profundas contradições, pois enquanto alguns municípios experimentam crescimento econômico, em geral, resultante da expansão da fronteira e aumento da produção agrícola, a pobreza extrema continua a afetar a maior parte da população, aprofundando a desigualdade social e econômica.

É importante aqui ressaltar que, quando se fala em crescimento econômico, refere-se ao aumento quantitativo da produção de bens. Já o desenvolvimento se refere ao processo de melhoria qualitativa da vida e do bem-estar da população. Não necessariamente esses dois estão alinhados.

É possível se falar em crescimento econômico em municípios do Matopiba. É o caso de Luiz Eduardo Magalhães que hoje possui um PIB *per capita* superior ao de cidades como Porto Alegre (Favareto, 2019), no entanto o nível de desigualdade é altíssimo, o que evidencia um crescimento econômico sem, necessariamente, desenvolvimento. Quadro comum a muitos municípios da região.

Respondendo à pergunta sobre qual seria o papel da terra no extrativismo agrário no Matopiba, é central, inclusive na transformação em ativo financeiro e geração de dividendos via renda fundiária. A maior parte dos conflitos, dos investimentos, da disputa política, jurídica e ideológica têm como finalidade garantir o controle da terra de onde se extrai a riqueza. Essa riqueza pode vir

tanto da produção de *commodities* (investimentos produtivos) como da negociação de terras (especulação fundiária).

O extrativismo agrário se expressa na região praticamente com todos os aspectos descritos pela literatura, com especial destaque para superexploração da natureza (desmatamento, poluição) e da especulação da terra. Esse extrativismo acontece devido ao conluio com as diversas esferas de governo, desde o federal demarcando e institucionalizando o Matopiba, flexibilizando legislações para a aquisição de terras, até o nível municipal, favorecendo a chegada de empresário “forasteiros” e sua integração e facilitando seu acesso aos fatores de produção e riquezas a serem extraídos.

A natureza concentradora do extrativismo agrário também é notória, como possível constatar na viagem exploratória feita a região, não se resumindo à concentração de terra e riqueza na mão da elite, que se apodera da terra, mas também se apresenta na desigualdade entre municípios. Alguns poucos são escolhidos como polos de produção e distribuição, experimentando, ainda que pouco algum crescimento advindo do extrativismo agrário. A esmagadora maioria dos municípios sequer parece que está cercada de tanta riqueza, pois carece de infraestrutura básica e condições de vida da população.

Apesar desse crescimento – que se observa em cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães –, a percepção de que poderia ser muito maior é clara. Isso não acontece porque o que fica e circula na região não é nada mais do que o estritamente necessário. Os proprietários das grandes fazendas, as *traders*, as exportadoras e fornecedores não são da região, por quanto estão todos investindo apenas para extrair as riquezas e exportar para outros núcleos econômicos. Estão ali, momentaneamente, porque a terra (ainda fértil e relativamente barata) está ali, dando centralidade à terra nesse modelo de exploração.

Baseado nos dados do IBGE da Produção Agrícola Municipal comparados com o índice Gini de concentração de terras, trazidos no capítulo 3, foi possível constatar que há uma relação bastante clara entre os grandes montantes de produção de grãos, sobretudo a soja, e a desigualdade nos municípios. Quanto

mais um município se destaca na produção, maior a tendência de se tratar de um município com elevado nível de desigualdade.

As consequências do extrativismo são sempre desigualdade, violência, concentração de terra, poder e riqueza. As consequências ambientais são profundas, pois muitos moradores da região temem que a agricultura extensiva continuará a ser viável economicamente por muito tempo, especialmente pelo uso de venenos, que está poluindo, destruindo (erosão) e comprometendo o futuro dos rios e do solo na região. Quando isso acontecer (e a extração deixar de dar lucro), os agentes do extrativismo agrário rodarão o mundo à procura de novas terras a serem exploradas. Migrarão para outros territórios para extrair suas riquezas, deixando os moradores e comunidades locais com a tarefa de, se possível, restauração, reconstrução e sobrevivência.

Com relação aos atores do extrativismo agrário, a falta de clareza sobre os reais proprietários daqueles empreendimentos por parte dos moradores dá uma medida da complexa rede de negócio em que essas transações estão envolvidas. Ao mesmo tempo é um sinal de que estamos diante de um claro exemplo do extrativismo agrário que é resultado de um capitalismo cada vez mais impessoal.

A luta enfrentada pelas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto, que certamente é apenas uma pequena amostra do que sofrem populações tradicionais por todo o território do Matopiba, é emblemática. A ostensividade e agressividade com que os ditos proprietários lutaram contra essas comunidades que queriam uma pequena parcela da terra em que já moravam há gerações, dão uma medida da importância e do papel da terra na perpetração do extrativismo agrário no Matopiba.

REFERÊNCIAS

AKRAM-LODHI, Haroon. The Ties That Bind? Agroecology and the Agrarian Question in the Twenty-First Century. **Journal of Peasant Studies**. Vol.48, nº. 4, p. 687–714, 2021.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto. ‘Leaving No One Unscathed’ in Sustainability Transitions: The Life Purging Agro-Extractivism of Corporate Renewables. **Journal of Rural Studies**. Vol. 81, p. 127–138, 2021.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto. Life purging agrarian extractivism in Guatemala: towards a renewable but unlivable future? In: McKay, Ben M., ALONSO-FRADEJAS, Alberto, EZQUERRO-CAÑETE, Arturo (eds.). **Agrarian Extractivism in Latin America**. Londres. Routledge, p. 1-20, 2021.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva. Renda e pobreza rural na região do Matopiba. **Relatório técnico**, Brasília, EMBRAPA, 2015.

ANDRADE, Daniela. Neoliberal extractivism: Brazil in the twenty-first century. **Journal of Peasant Studies**, Vol. 49, nº. 4, p. 793-816. 2022.

ARAUJO, Carlos V. G.; SAUER, Sérgio. Mudanças legais recentes favorecendo a grilagem e o descumprimento da função socioambiental da terra no Brasil. **Revista Campo-Território**, vol. 17, n. 44, abril, p. 170–203, 2022.

BOECHAT, Cassio; PITTA, Fábio; PEREIRA, Lorena; TOLEDO, Carlos. Transformations of the Agricultural Frontier in Matopiba: From State Planning to the Financialisation of Land. **IDS Bulletin**. Vol. 54, nº. 1, 2023.

BORRAS Jr., Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben e WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 38, nº. 2, p. 209-216, 2011.

BRANDÃO, Carlos. **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo**. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de; ZHOURI, Andréa; IORIS, Antonio A. R.; BRANDÃO, Carlos; BERMANN, Célio; HERNÁNDEZ, Francisco del M.; BEZERRA, Gustavo N.; ACSELRAD, Henri; PAULA, João A.; LASCHEFSKI, Klemens; COELHO, Maria C. N.; MONTEIRO, M. A.; GARZON, Luis F. N.; CUNHA, Luis H.; WANDERLEY, Luiz J. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio Janeiro: Lamparina, 2010, p.39-70.

BRAND, Ürich. DIETZ, Kristina. LANG, Miriam. Neo-Extractivism in Latin America. One side of a new phase of global capitalist dynamics. **Ciencia Política**. Vol. 11, nº. 21, p. 125-159. 2016.

CABRAL, Lídia. SAUER, Sérgio. SHANKLAND, Alex. “Introdução: Lutando pelo Cerrado – um olhar territorial sobre uma fronteira disputada.” **IDS Bulletin**. Vol. 54, nº. 1, 2023.

CHAGNON, Christopher *et al.* From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 49, nº. 4, p. 760-792, 2022.

COCA, Estevan; SOYER, Gabriel; BARBOSA Jr., Ricardo. “Matopiba’s Disputed Agricultural Frontier: Between Commodity Crops and Agrarian Reform.” **IDS Bulletin**. Vol. 54, nº. 1, 2023.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. “A produtividade da soja: análise e perspectivas.” **Compêndio de estudos Conab** – vol. 10, 2017.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino CPT – Nacional, 2022.

DOMINGUES, Gabriel de Mendonça. **Embates entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no sudoeste paraense**. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DULCI, Luiza. **O que professores universitários aposentados de Nova York têm a ver com a expropriação de terras de pequenos agricultores no nordeste brasileiro?** 2017 Disponível em: <<http://indebate.indisciplinar.com/2017/08/21/o-que-professores-universitarios-aposentados-de-nova-york-tem-a-ver-com-a-expropriacao-de-terras-de-pequenos-agricultores-no-nordeste-brasileiro/>>. Acesso em: 28 de out de 2023.

EMBRAPA. **Delimitação e caracterização territorial do Matopiba**. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>>. Acesso em: 14 ago de 2023.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. **The Agrarian Question of Extractive Capital: Political Economy, Rural Change, and Peasant Struggle in 21st Century Paraguay**. 2020. Tese. Saint Mary’s University. 2020.

FAIRBAIRN, Madeleine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 41, nº. 5, p. 777-795, 2014.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa e SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, nº. 2, p. 237–261, 2012.

FAVARETO, Arilson. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado** / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, Kleeb, Suzana. Editora Ilustre – São Paulo, 2019.

FRANCO, Jennifer C. e BORRAS, Saturnino Jr. Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. **Land Use Policy**. Vol. 84, p. 192-199, 2019.

FREITAS, Lucinéia Miranda de. **Conflitos, violência e resistências do MATOPIBA – um olhar a partir da saúde pública**. 2022. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

GUDYNAS, Eduardo. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRACTIVISMO Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. **CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social)**. p. 187-225, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. “Agropecuaria y Nuevo Extractivismo Bajo los Gobiernos Progresistas de América del Sur.” **Territorios**. Vol. 5, p. 37–54, 2010.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

IBGE. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades de federação**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/>>. Acesso em: 14 ago de 2023.

LOPEZ, Emiliano. VERTIZ, Francisco. OLAVARRIA, Margot. Extractivism, Transnational Capital, and Subaltern Struggles in Latin America. **Latin American Perspectives**. Vol. 42, nº. 5, p. 152-168, 2015.

MARTINS, Heloísa Helena T. De Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, Vol. 30, nº. 2, p. 289-300, maio – agosto de 2004.

McKay, Ben M. Agrarian Extractivism in Bolivia. **World Development** Vol. 97, p. 199–211, 2017.

McKay, Ben. M., ALONSO-FRADEJAS, Alberto, EZQUERRO-CAÑETE, Arturo, ed. 2021. **Agrarian Extractivism in Latin America**. Londres. Routledge. 2021.

O estranho mundo do agronegócio financeiro. **Outras Palavras**, 2024. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-estranho-mundo-do-agronegocio-financeiro/>>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

OBSERVATÓRIO MATOPIBA. **Mini-Atlas: da Questão Agrária do MATOPIBA** [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

PELUSO, Nancy L., LUND, Christian. New frontiers of land control: introduction. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 38, nº. 4, p. 667-681, 2011.

PETRAS, James. VELTMEYER, Henry. **Agro-Extractivism: The Agrarian Question in the 21st Century**. In Extractive Imperialism in the Americas: Capitalism's New Frontier, edited by J. Petras, and H. Veltmeyer, 62–100. Leiden: Brill Books. 2014.

POTH, Carla. "The Biotechnological Ararian Model in Argentina." In: MCKAY, Ben. M., ALONSO-FRADEJAS, Alberto, EZQUERRO-CAÑETE, Arturo, ed. 2021. **Agrarian Extractivism in Latin America**. Londres. Routledge. 2021.

SANTANA, Marco Aurélio e PERES, Igor. Capitalismo, cidade e política na perspectiva de David Harvey. **Sociologia&Antropologia**, UFRJ, Vol. 3, p.151-174, 2018.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, UNIARA, Vol. 19, p.69-97, 2016.

SAUER, Sérgio e BORRAS Jr., Saturnino. 'Land grabbing' e 'green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, p. 6-42, junho, 2016.

SAUER, Sérgio. OLIVEIRA, Karla. "Agrarian extractivism in the Brazilian Cerrado." In: MCKAY, Ben. M., ALONSO-FRADEJAS, Alberto, EZQUERRO-CAÑETE, Arturo, ed. 2021. **Agrarian Extractivism in Latin America**. Londres. Routledge. 2021.

SILVA, Paulo Renato. VIANNA, João Nildo Souza. A Região de MATOPIBA (Brasil) e o Nexus Água-Energia-Alimentos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 59, p. 338-353, jan/jun, 2022.

SVAMPA, Maristella. Resource Extractivism and Alternatives: Latin American Perspectives on Development. **Journal für Entwicklungspolitik**. Vol. 28, nº. 3, p. 117-143, 2012.

SVAMPA, Maristella. "Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo." **Ediciones Siglo Veintiuno**, 2016.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

VELTMEYER, Henry. EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Agro-extractivism. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 50, nº. 5, p. 1673-1686, 2023.

YE, Jingzhong. VAN DE PLOEG, Jan. SCHNEIDER, Sergio. SHANIN, Teodor. The incursions of extractivism: moving from dispersed places to global capitalism. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 47, nº. 1, p. 155-183, 2019.